

MagisCultura



Mineira
Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros Setembro de 2026

Viaduto Santa Tereza **Arcos de concreto desafiaram** **Drummond e se tornaram** **ponto da cultura pop**

Inspiração de JK,
Palácio das Artes
é o maior centro
cultural da AL

A obra de Carla Madeira
e o Sistema da Justiça:
similaridades?

Magistratura agora
tem sua Academia
de Letras

E MAIS:

Mário Palmério, Maria Valéria Resende,
Memória Literária da Magistratura.
Contos, poemas, crônicas

34

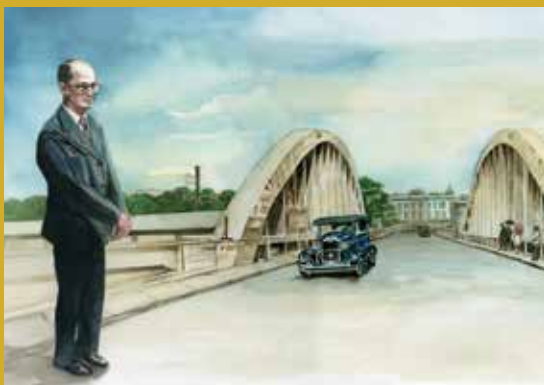
SUMÁRIO

CAPA

Pioneiro e moderno

Obra pioneira da arquitetura brasileira e prestes a completar 100 anos, o Viaduto de Santa Tereza, que com seus 390 metros conecta o centro de Belo Horizonte aos bairros da Floresta e de Santa Tereza, desafiou a coragem – e a sobriedade – de escritores como Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino, em noites de lua cheia, e hoje transformou-se em centro de referência da cultura urbana, se abrindo para eventos artísticos e movimentos sociais, como rodas de samba, intervenções de artes plásticas e duelos de MCs.

Aquarela de Sandra Bianchi



FILOSOFIA

A jornada do escultor: uma analogia para o desenvolvimento interno e externo
Armando Barreto Marra

4



COMPORTAMENTO

Psicanálise e maturidade: o acerto de contas
Moema de Carvalho Balbino

8



PALÁCIO DAS ARTES, 55 ANOS

Sonho de JK, transformou-se na maior casa de cultura da América Latina
Mauro Werkema

12



LITERATURA

Carla Madeira e o sistema de justiça: a vida entre aspas
Fernanda Guimarães

18



Fragmentos do que não se pode ter por inteiro
Carla Madeira

22

Mário Palmério: da escrita regional mineira à navegação no Amazonas
Rogério Medeiros Garcia de Lima

24



Por que precisamos conhecer Maria Valéria Rezende
Livia Borba

30



O avesso do tempo: os 75 anos de “Claro Enigma” e os mistérios de Drummond

Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa

34



ENSAIO

Santa Tereza, um viaduto cultural
Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa

38

MEMÓRIA LITERÁRIA DA MAGISTRATURA

João Cândio da Costa Prazeres Magistrado e poeta a serviço da justiça social e da liberdade
Manoel Marcos Guimarães

40



POESIA

Doce encantamento

Régia Ferreira de Lima

43

Seus dias de crepúsculo

Llewellyn Medina

44

Na praça do Vigésimo

Amaury Silva

45

Três poemas

João Quintino Silva Galinari

46

Três poemas

Aldina Soares

47



CONTO

Garagem 32

Sílvia Nascimento

48

O Pantaleão de Itaguaí

Carlos Roberto Loiola

50

A Servidão

Jorge Paulo dos Santos

54



CRÔNICA

O escoteiro Caio Vianna Martins e a tragédia da Mantiqueira

Matheus Chaves Jardim

58

Dois mundos

Fernando Armando Ribeiro

62



EDITORIAL

Uma notícia auspiciosa

Apresentar uma nova edição da *MagisCultura*, a cada seis meses, tem sido um exercício renovado de alegria, em meio a tarefas corporativas, muitas vezes desgastantes, a que nos obriga a honrosa missão de presidir a Amagis. E, sem surpresa, cada edição nos traz novo alento.

Nesta edição, por exemplo, tenho a satisfação de ser portadora de mais uma notícia auspiciosa: a criação da Academia de Letras da Magistratura Mineira que nasce, aliás, como decorrência natural, diria mesmo quase inevitável, das sucessivas edições da *MagisCultura*.

Lançada em 2009, por lúcida iniciativa do desembargador Nelson Missias de Moraes, a revista tornou-se nesses 17 anos o desaguadouro da ânsia de magistradas e magistrados por publicizarem seus textos culturais, sob a forma de poemas, contos, crônicas, ensaios e outros artigos, descompromissados da rotina diária dos textos judiciais. O conjunto publicado desde então, ao longo das 36 edições, já constitui um rico acervo para a Academia, a demonstrar o potencial de nossos colegas de magistratura.

O nascimento da Academia é, sem sombra de dúvida, mais um passo na consolidação da magistratura mineira como das mais relevantes do Brasil, não apenas em sua missão jurisdicional, mas também como repositório de homens e mulheres com cabedal cultural digno da brilhante trajetória histórica mineira.

Nossa expectativa é de que a ALM venha a ser, em parceria com a Amagis, uma nova instituição a estimular, coordenar e divulgar a produção literária de magistradas e magistrados, sempre inspirados pelo poeta romano Virgílio, que em seu poema épico *Eneida* cunhou a frase que serve agora de lema à Academia: *Mens agitat molem*, ou seja, *O espírito move a matéria*.

Seja bem-vinda, Academia de Letras da Magistratura Mineira.


Juíza Rosimere Couto
Presidente

DESTAQUE

Magistrados mineiros criam sua Academia de Letras

64

MagisCultura
Mineira

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Amagis • Diretoria Triênio 2025-2027

Presidente: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente Administrativo: Juiz Jair Francisco dos Santos

Vice-presidente Financeiro: Desembargador Fábio Torres de Sousa

Vice-presidente de Saúde: Juíza Flávia Biralch de Moura

Vice-presidente do Interior: Juíza Maria Elisa Taglialegna

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Thiago Grazziane Gandra

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juiz Afonso José de Andrade

Diretora-secretária: Juíza Perla Saliba Brito

Diretor-subsecretário: Juiz Fábio Gabriel Magrini Alves

Diretora de Comunicação: Juíza Aldina Soares

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

• Envio de textos para publicação: leia normas na terceira capa

• **Conselho Editorial:** Juiz Renato César Jardim (presidente), Desembargadora Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa, Desembargador João Quintino Silva, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Juíza Daniela de Freitas Marques, Juiz Jorge Paulo dos Santos, Professor Hermes Vilchez Guerrero (Diretor da Faculdade de Direito da UFMG) e Escritor Rogério Faria Tavares (Presidente Emérito da AML).

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587 / MG)

Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel GM Magalhães (@atelier_rachelgomess)

Ilustrações: Sandra Bianchi (sandrabianchi@gmail.com)

Impressão: Rona Editora | **Tiragem:** 2.500 exemplares

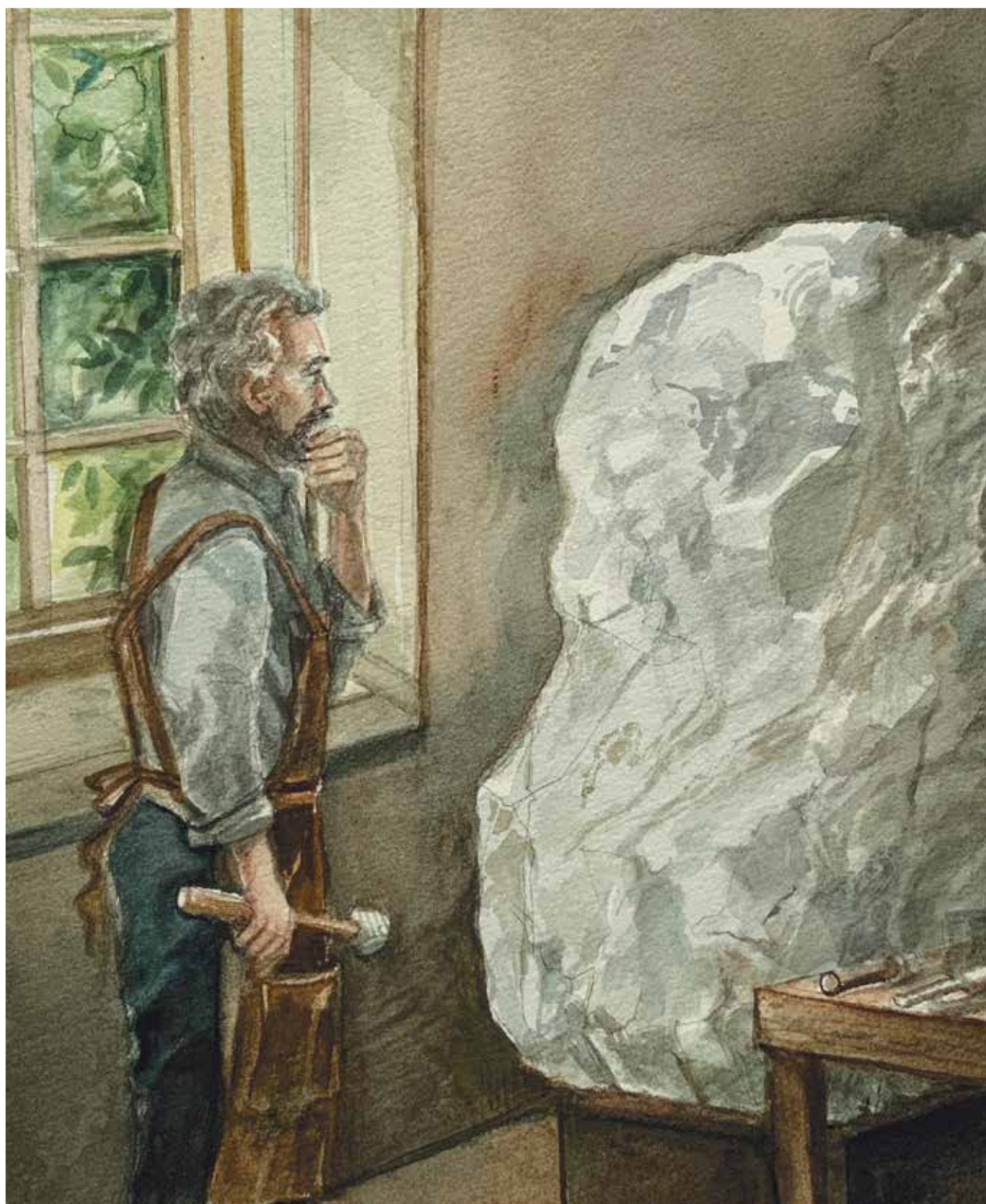
Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro . Belo Horizonte . MG . CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3453 . E-mail: magiscultura@amagis.com.br

A Academia Mineira de Letras é parceira da revista *MagisCultura*.

www.amagis.com.br



A jornada do escultor: uma analogia para o desenvolvimento interno e externo

Armando Barreto Marra

Juiz de Direito do TJMG, Comarca de São João del-Rei

I magine um escultor diante de um enorme bloco de mármore. À primeira vista, os olhos comuns enxergam apenas pedra bruta, peso e silêncio. O escultor, porém, vê algo invisível aos demais: uma forma latente, uma beleza aprisionada, uma obra aguardando libertação. Cada golpe do cinzel não representa mera destruição da matéria, mas a revelação gradual de uma essência oculta. Assim também é a existência humana.

A vida não consiste apenas em acumular experiências exteriores, construir patrimônios, conquistar títulos ou ocupar posições sociais. Tudo isso possui importância relativa, mas permanece incompleto quando desacompanhado de uma lenta e profunda escultura interior. O homem moderno, frequentemente absorvido pela velocidade, pela aparência e pela produtividade incessante, esqueceu-se de que a maior obra que lhe foi confiada não é aquilo que ele possui, mas aquilo que ele se torna.

O escultor trabalha o mármore com paciência porque compreende que toda pressa mutila a obra-prima. Também o espírito humano exige tempo, silêncio, disciplina e contemplação. Não existem virtudes instantâneas. A serenidade não nasce pronta. A sabedoria não floresce em terreno superficial. A coragem moral é fruto de longas batalhas interiores invisíveis aos olhos do mundo.

Assim como o escultor precisa dominar suas ferramentas antes de moldar a pedra, o homem precisa aprender a governar a si mesmo antes de pretender transformar o mundo exterior. Esta foi uma das grandes intuições de Sócrates. Ao afirmar que “a vida não examinada não merece ser vivida”, o filósofo ateniense deslocou o centro da existência humana para a interioridade reflexiva. Antes de reformar cidades, leis ou instituições, é necessário reformar a própria alma.

Entretanto, existe uma dimensão ainda mais profunda dessa jornada interior, magnificamente explorada por Louis Lavelle¹. Para ele, o homem não é um ser isolado vagando

num universo indiferente; participa continuamente do próprio SER. Existe uma presença silenciosa no interior humano, uma fonte invisível de verdade, consciência, beleza e transcendência. O verdadeiro crescimento espiritual não consiste em fabricar artificialmente uma identidade, mas em remover tudo aquilo que impede a manifestação daquilo que somos em essência.

Nesse sentido, a imagem do escultor torna-se ainda mais poderosa. O mármore simboliza não apenas nossas potencialidades, mas também nossas resistências interiores. O orgulho endurece. A vaidade obscurece. O ego cria excessos que ocultam a forma verdadeira do ser. Cada sofrimento da vida – perdas, fracassos, decepções, humilhações, silêncios e renúncias – pode tornar-se um golpe de cinzel espiritual removendo aquilo que é supérfluo.

Michelangelo afirmava que a escultura já existia dentro da pedra; cabia-lhe apenas retirar o excesso de mármore. Assim também ocorre com o ser humano. A grande tarefa da existência talvez não seja acrescentar, mas purificar. Muitas vezes, crescemos menos pelo que adquirimos do que pelo que aprendemos a abandonar: ilusões, ressentimentos, superficialidades, arrogâncias e falsas necessidades.

O sofrimento é pedagógico

É precisamente aí que a dor adquire significado transformador. O sofrimento, embora jamais desejável em si mesmo, frequentemente opera como instrumento pedagógico da alma. Há dores que quebram o homem; outras, porém, o revelam a si mesmo. Existem regiões da consciência que apenas a experiência da fragilidade permite alcançar. A pedra somente revela sua forma interior após suportar o impacto do cinzel.

A sociedade contemporânea, contudo, ensina o homem a voltar-se quase exclusivamente para fora. Somos treinados para competir, produzir, consumir, exibir e conquistar. Construímos cidades magníficas, sistemas complexos, tecnologias extraordinárias e estruturas sofisticadas de poder e informação. Entretanto, paralelamente ao avanço material, cresce silenciosamente uma crise de interioridade. Nunca houve tanto acesso à informação e, paradoxalmente, tamanha dificuldade de autoconhecimento.

¹ Louis Lavelle (15 de julho de 1883 / 1º de setembro de 1951) foi um filósofo francês, membro da Académie des Sciences Morales et Politiques, reconhecido como precursor do movimento ‘psicometafísico’, que ensina que a autorrealização e a liberdade última se desenvolvem a partir da busca do próprio ser “interior” e sua relação com o Absoluto.

“O sucesso exterior desacompanhado de profundidade interior produz vazio, ansiedade e desorientação existencial.”

Sócrates X Lavelle

É aqui que a tensão filosófica entre Sócrates e Lavelle revela sua beleza complementar.

Sócrates representa o homem da praça pública, do diálogo, da razão crítica e da investigação racional da verdade. Seu objetivo era construir uma vida ética mediante o exame rigoroso das crenças humanas. Lavelle, por sua vez, mergulha nas profundezas silenciosas da interioridade. Enquanto Sócrates interroga racionalmente a consciência, Lavelle contempla espiritualmente o mistério do SER.

Um constrói pontes para fora; o outro abre caminhos para dentro.

Todavia, essas jornadas não são opostas. Pelo contrário: completam-se. Uma sociedade justa somente pode ser edificada por homens interiormente ordenados. Não existe civilização sólida quando os indivíduos permanecem espiritualmente fragmentados. Toda crise exterior é, em alguma medida, reflexo de uma desordem interior coletiva.

Imagine uma cidade magnífica erguida sobre fundamentos frágeis. Mais cedo ou mais tarde, suas estruturas ruirão. Assim também ocorre com a vida humana. O sucesso exterior desacompanhado de profundidade interior produz vazio, ansiedade e desorientação existencial. O homem pode conquistar o mundo inteiro e, ainda assim, sentir-se perdido dentro de si mesmo.

Cidadela interior

Os antigos estoicos compreenderam isso profundamente. Marco Aurélio ensinava que o homem deve construir dentro de si uma cidadela interior inacessível às tempestades externas. O verdadeiro domínio não consiste em controlar acontecimentos, mas em governar a própria alma diante deles. O homem que domina suas paixões possui um império maior do que aquele que domina nações.

Essa mesma ideia aparece na tradição espiritual cristã. Santo Agostinho escreveu: *“Não saias de ti; entra em ti mesmo; no homem interior habita a verdade.”* O Reino de Deus, portanto, não surge apenas como promessa distante ou realidade exclusivamente transcendente, mas como presença interior a ser descoberta. A frase bíblica – *“O Reino de Deus está dentro de vós”* – adquire, assim, extraordinária profundidade filosófica e espiritual.

Lavelle aproxima-se dessa tradição ao afirmar que o homem participa continuamente da realidade divina do SER. Essa participação não significa mera contemplação passiva, mas envolvimento ativo na construção espiritual da própria existência. Cada escolha moral, cada ato de bondade, cada gesto de amor, cada renúncia silenciosa e cada busca sincera pela verdade constituem formas de participação na própria criação do ser.

A verdadeira grandeza humana nasce exatamente dessa convergência entre interioridade e ação. O homem não foi criado apenas para pensar, nem apenas para agir, mas para harmonizar contemplação e transformação. O desenvolvimento interior reflete-se inevitavelmente no mundo exterior. Um espírito pacificado produz relações mais justas. Uma cons-

ciência elevada gera ações mais humanas. Uma alma ordenada torna-se fonte de equilíbrio para aqueles que a cercam.

Metáfora da vida

Nesse sentido, a oficina do escultor transforma-se numa metáfora da própria vida:

O silêncio da oficina representa o recolhimento necessário à reflexão.

A poeira que cai da pedra simboliza os excessos do ego sendo removidos.

As rachaduras do mármore lembram as fragilidades inevitáveis da condição humana.

A lentidão do trabalho revela que toda maturidade verdadeira exige tempo.

E a obra final jamais nasce pronta: ela emerge gradualmente de um processo contínuo de aperfeiçoamento.

Escultor e mármore

Talvez a grande tragédia contemporânea não seja a pobreza material, mas a superficialidade espiritual. Muitos homens sabem operar máquinas complexas, mas desconhecem a si mesmos. Sabem administrar empresas, mas não administrar emoções. Sabem comunicar-se com o mundo inteiro, mas perderam a capacidade de dialogar com o próprio silêncio interior.

Por isso, a jornada interior torna-se indispensável. Não como fuga da realidade, mas como fundamento dela. O homem que jamais mergulha em si mesmo torna-se estrangeiro da própria existência.

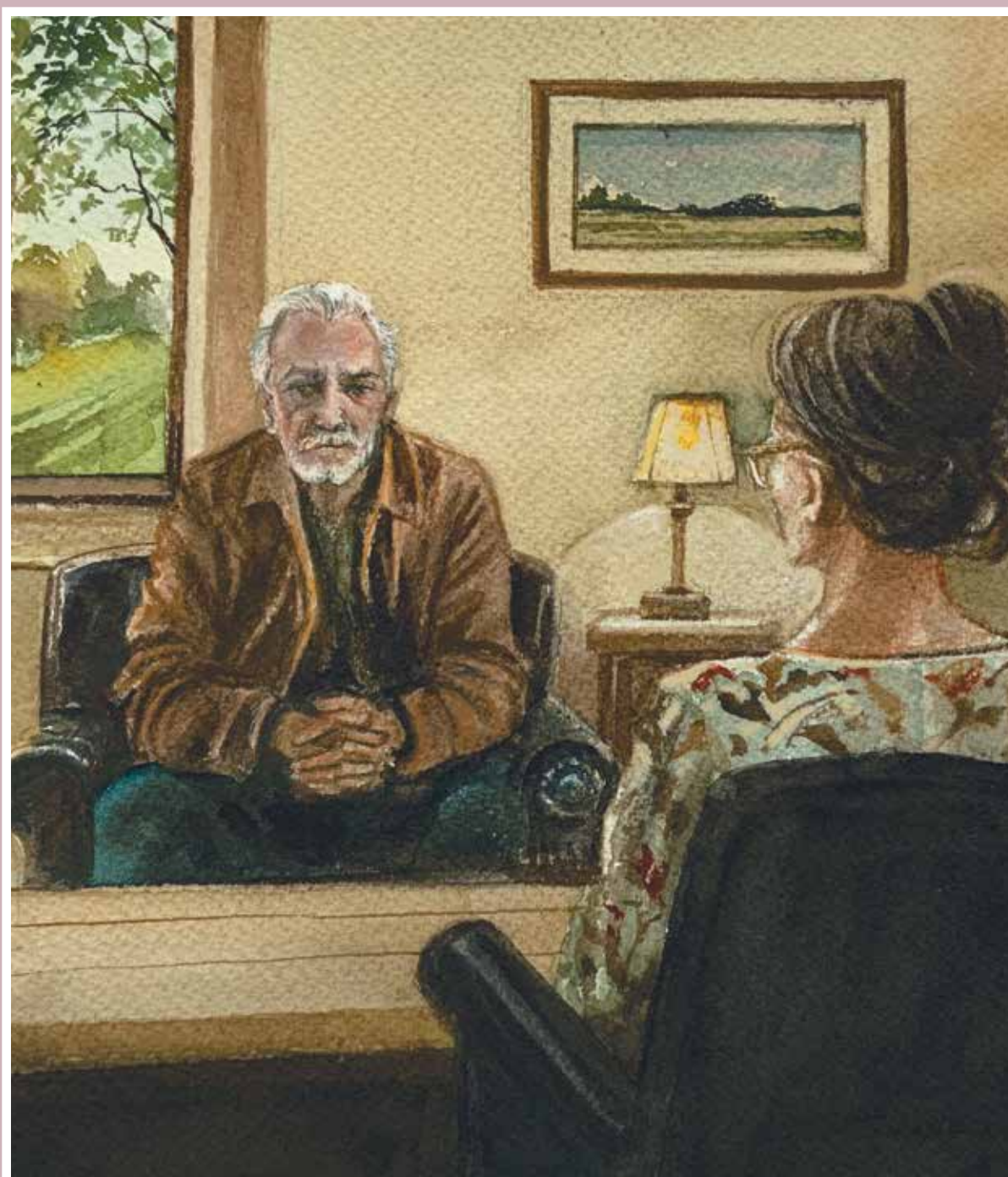
A filosofia de Sócrates e Louis Lavelle recorda-nos que a verdade não é encontrada apenas nos sistemas políticos, nas estruturas sociais ou nos acúmulos intelectuais, mas também nas profundezas silenciosas da consciência humana. Existe uma dimensão invisível da existência que sustenta todas as demais.

E talvez seja exatamente aí que resida a verdadeira obra-prima da vida.

Não nas conquistas exteriores que o tempo inevitavelmente corrói, mas na lenta construção da alma.

Porque, no fim, cada ser humano é simultaneamente escultor e mármore: trabalha sobre si mesmo enquanto é trabalhado pela própria existência.

“Talvez a grande tragédia contemporânea não seja a pobreza material, mas a superficialidade espiritual. Muitos homens sabem operar máquinas complexas, mas desconhecem a si mesmos.”



Psicanálise e maturidade: o acerto de contas

Moema de Carvalho Balbino

Juíza de Direito do TJMG, aposentada; psicanalista

“**G**ostaria de acertar umas contas comigo mesmo e ter um fim de vida pelo menos satisfatório.”

Recentemente, tive a honra de receber no consultório uma pessoa que, no início de minha carreira, foi exemplo, referência e inspiração. Chegou até mim com a seguinte questão: *“Moema, fiquei sabendo da sua nova profissão e sabia que você não pararia ao se aposentar. E eu não sei se tenho idade para começar a fazer análise, mas gostaria de acertar umas contas comigo mesmo e ter um fim de vida pelo menos satisfatório. Vamos lá?”*

Foram exatamente essas as suas palavras.

Depois do espanto e da emoção de ver alguém, que eu considerava ter uma história brilhante e dignamente escrita, dirigir a mim uma questão tão sublime, entendi que a admiração que sempre senti tinha muita razão de ser. Aquela pessoa não havia se estagnado no tempo, não havia se satisfeito com a estabilidade da aposentadoria e não se contentava em apenas estar no mundo. Queria continuar sendo sujeito.

E a sua pergunta permaneceu comigo por dias. Não apenas pela delicadeza da formulação, mas porque carregava uma ideia que, talvez silenciosamente, muitos de nós sustentamos: a de que existe uma idade para começar certas coisas. Como se houvesse um prazo para o amor, para as mudanças e transformações, para novos projetos ou para o encontro consigo mesmo. Como se, em determinado momento da vida, a história de alguém estivesse definitivamente encerrada e nada mais pudesse ser escrito.

Curiosamente, aquela expressão – *“acertar umas contas comigo mesmo”* – permaneceu ecoando em mim por algum tempo.

Não me pareceu uma frase sobre a morte. Tampouco sobre doença ou medo. Parecia falar de algo mais delicado: uma espécie de balanço silencioso que, em algum momento da vida, muitos de nós somos levados a fazer.

Tenho trabalhado com mulheres vítimas de violência e com adolescentes – dois momentos da vida marcados por urgências muito particulares. Mas, ultimamente, venho me deparando com um tipo de encontro clínico fascinante: pessoas mais velhas. Muitas vezes, bem mais velhas que eu. Pessoas com histórias de vida belíssimas e ricamente construídas: carreiras sólidas, filhos, netos e bisnetos felizes, viagens realizadas, livros enfim terminados, amores vividos, grandes histórias escritas.

Pessoas que, aos olhos de qualquer observador externo, poderiam parecer ter cumprido tudo aquilo que a vida lhes

“Como se houvesse um prazo para o amor, para as mudanças e transformações, para novos projetos ou para o encontro consigo mesmo.”

pediu. E que carregam, ainda assim, perguntas silenciosas: *“Será que vivi direito?”; “Entreguei o que precisava entregar?”; “Ainda existe algo que preciso compreender?”; “Posso partir em paz?”*

A realidade é que, em determinado momento da vida, a questão deixa de ser *“o que ainda vou construir?”* e passa a ser: *“O que faço com tudo aquilo que construí?”*

Aos setenta, oitenta ou noventa anos, a morte deixa de ser uma ideia abstrata e passa a aparecer no horizonte. Não necessariamente como catástrofe, mas como limite. E os limites têm um curioso efeito: às vezes, tornam algumas perguntas mais urgentes: *“Se eu não resolver essas coisas agora, talvez nunca as resolva.”*

Algumas pessoas procuram análise nessa fase, não em busca de uma fórmula de vida eterna, mas de uma nova leitura para a vida que viveram e para aquilo que ainda resta a viver.

Porque a psicanálise não existe para nos ensinar a viver corretamente. Não concede absolvições, não indeniza, não apaga erros e não oferece respostas prontas sobre o que teria

“Enxergo,
na maturidade,
uma liberdade
inesperada: a de
perceber que não é
mais preciso ter a
própria história em
julgamento [...].”

sido uma vida “correta”. A psicanálise faz algo mais delicado: ela permite que se enxergue a própria vida com menos estranhamento, menos cobranças, menos preconceitos e mais liberdade de habitar a própria pele. Afinal, não é possível definir o que é uma vida bem vivida.

Todos nós acertamos e erramos.

Todos deixamos coisas por fazer, palavras por dizer, caminhos por percorrer e outros por abandonar, pois somos feitos também dos desvios, das perdas, dos excessos e dos recomeços.

E, em relação à dúvida sobre ser tarde para começar, acredito que a própria psicanálise tenha levado algum tempo para perceber isso. O Freud, em alguns momentos, mostrou reservas em relação a análises iniciadas em idades mais avançadas, considerando que certa rigidez psíquica poderia dificultar o trabalho analítico. A clínica, no entanto, revelou algo mais complexo: o sujeito não envelhece exatamente da mesma forma que o corpo envelhece.

Jacques Lacan, ao longo de seu ensino, deslocou a ideia de análise como busca de adaptação ou de normalidade. A análise não teria como finalidade ensinar alguém a viver segundo modelos ou ideais específicos, mas permitir uma relação diferente com a própria existência e com aquilo que há de mais singular em cada sujeito.

Mais tarde, Jacques-Alain Miller desenvolveu algo particularmente interessante: a ideia de um saber-fazer com a própria vida. Não se trata de eliminar tudo aquilo que incomoda, apagar marcas do passado ou alcançar uma versão idealizada de si mesmo. Trata-se de aprender algo sobre a maneira única pela qual cada um viveu, amou, sofreu, perdeu, desejou e sobre a forma como construiu seu caminho.

Enxergo, na maturidade, uma liberdade inesperada: a de perceber que não é mais preciso ter a própria história em julgamento, contabilizando acertos e fracassos, procedências e improcedências, provimentos e não provimentos.

Talvez seja isso que o meu paciente chamava de “acertar contas consigo mesmo”: não um balanço entre acertos e erros, créditos e débitos, mas algo mais íntimo: a possibilidade de olhar para a própria história com menos julgamento e mais compreensão.

Vivemos diariamente em busca de terminar uma casa, terminar um livro, terminar uma carreira. Mas talvez exista, também, um trabalho de acabamento de si.

O gerontólogo Alexandre Kalache costuma lembrar que vivemos, hoje, múltiplas vidas dentro de uma mesma existência. Que não existe mais uma trajetória rígida e linear em que se estuda, trabalha e, ao final, espera-se passivamente pelo encerramento da história. Ele afirma que nos reinventamos muitas vezes ao longo do caminho.

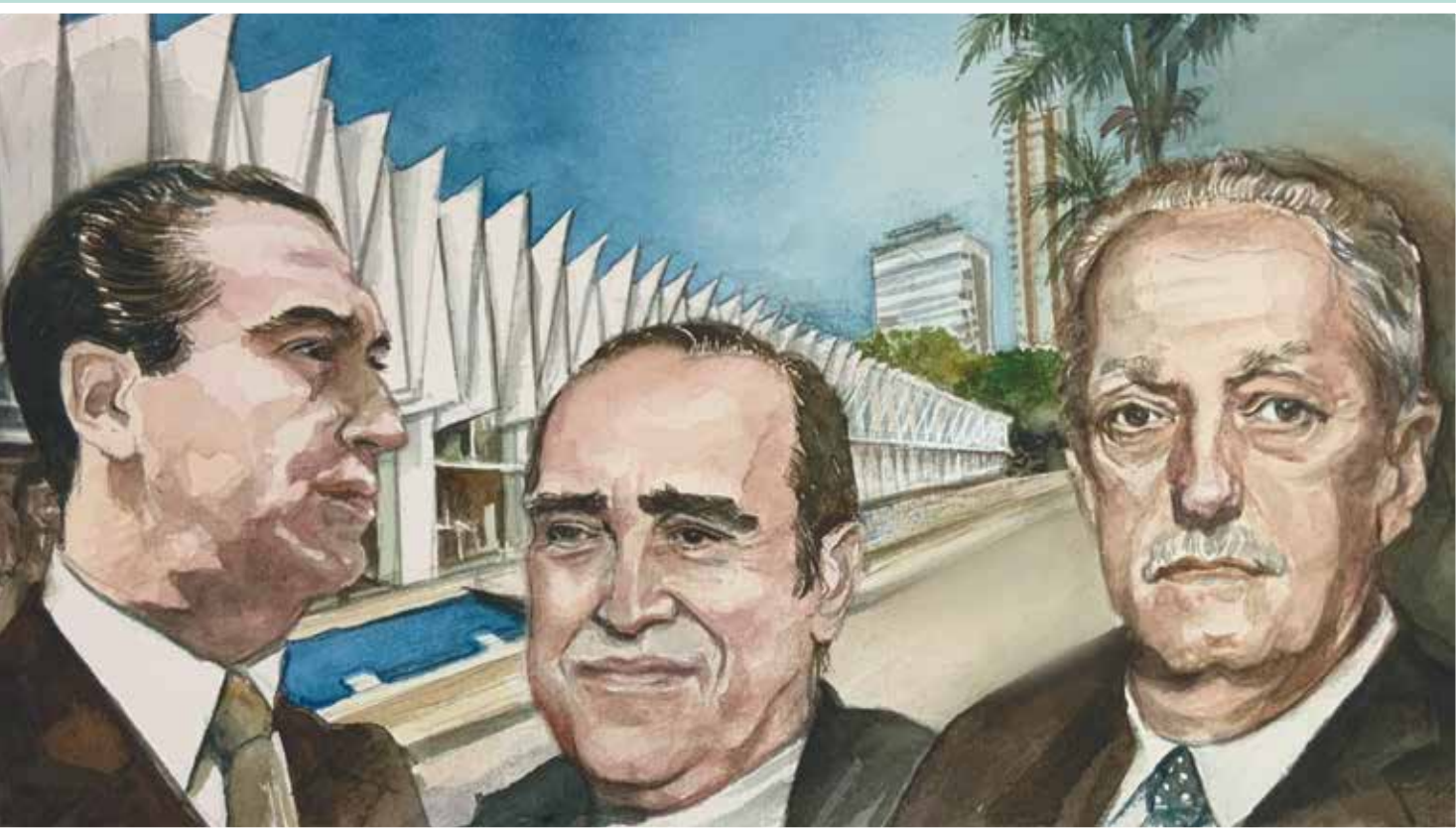
E, provavelmente por isso, a pergunta de alguém aos oitenta anos não seja tão diferente da pergunta de alguém aos quarenta: o que faço daqui para frente?

Mas há uma particularidade nesta etapa da vida: a estrada já pode ser vista também pelo retrovisor.

E pode ser nesse ponto que a reflexão de Boris Cyrulnik encontre lugar: mais do que sobreviver aos acontecimentos, o ser humano possui uma extraordinária capacidade de lhes atribuir novos sentidos. A história vivida não muda, mas a relação que construímos com ela pode mudar profundamente.

Posso afirmar, enfim, que algumas pessoas iniciam uma análise no final da vida não porque desejam mudar a história que viveram, mas buscando uma nova leitura da vida que tiveram, para, no acerto de contas, reconhecer, com serenidade, e dizer: *“Foi a minha vida. E, afinal, foi ela que me trouxe até aqui.”*

“A história vivida
não muda, mas
a relação que
construímos com
ela pode mudar
profundamente.”



Sonho de JK, transformou-se na maior casa de cultura da América Latina

Mauro Werkema

*Jornalista, escritor, historiador**

Há 55 anos, no dia 14 de março de 1971, o governador Israel Pinheiro inaugurava em Belo Horizonte o Palácio das Artes, concluído após dar continuidade às obras iniciadas em 1942 por iniciativa de Juscelino Kubitschek, então prefeito da capital. Pouco antes, em dezembro de 1970, ele já havia inaugurado o prédio que se abre para a Avenida Afonso Pena onde está a Grande Galeria, hoje “Alberto da Veiga Guignard”, e que abriga vários outros espaços culturais e de acesso e recepção aos públicos.

Antes da inauguração do prédio, Israel Pinheiro havia criado, em 10 de junho de 1970, a então Fundação Palácio das Artes, cujo nome mudou, em 1978, para Fundação Clóvis Salgado. Hoje, o Palácio das Artes é a maior e mais completa instituição cultural da América Latina, com suas múltiplas atividades. E integra os roteiros de grupos artísticos e espetáculos nacionais e internacionais que se apresentam nas principais instituições culturais brasileiras, dos mais variados gêneros e origens.

Origens

A história do Palácio das Artes deve ser contada desde a inauguração da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, a 12 de dezembro de 1897, sob a inspiração da República recém-proclamada e do lema positivista “*Ordem e Progresso*”, inscrito na nova bandeira republicana brasileira. A nova capital constrói-se sobre a primitiva Vila do Curral del-Rey, que surge nos primeiros anos do século XVIII, caminho e pouso de bandeirantes ao sopé da Serra do Curral que lhe define e demarca o horizonte.

O primeiro teatro da jovem capital foi inaugurado a 20 de dezembro de 1898, construído pelo industrial português Francisco Soucasaux, em estilo eclético, demolido em 1906, cedendo seu lugar ao Teatro Metropolitano, na esquina das ruas da Bahia e Goiás. Em 1941, o prédio foi vendido ao industrial Juventino Dias, proprietário da empresa Cine Teatral Ltda, que o transformou no Cine Metrôpole, já em estilo “*Art nouveau*”, possibilitando à nova capital participar das novidades cinematográficas da década em que o mundo valorizava a atividade. Valorizado por sua localização, mas também por

sua antiguidade, o prédio foi vendido em 1983, cedendo lugar a uma agência bancária.

Juscelino Kubitschek, mineiro de Diamantina e médico, prefeito de Horizonte (1940/1945), objetivando dar à capital novo espaço teatral, convida em 1941 o arquiteto Oscar Niemeyer para planejar um novo teatro, com concepção, dimensões e recursos técnicos e artísticos para produção, montagem e exibição de espetáculos de grande porte e para todos os gêneros das artes cênicas e musicais. Niemeyer, indicado a JK pelo então presidente do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, planejava neste mesmo tempo o conjunto modernista da Pampulha, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco (2016), que o então prefeito de Belo Horizonte reurbanizara como destino turístico e de lazer.

Destas iniciativas, e da visão futurista de Juscelino, surgiu o conjunto arquitetônico do Palácio das Artes, no qual Niemeyer diz que procurou fazer um teatro “*funcional e belo, onde as curvas expressassem a liberdade criativa*”. Belo Horizonte, segundo o arquiteto, “*merecia espaço que representasse essa modernidade*”.

A expressão do moderno no Brasil que na década de 1940 se expressava na literatura e nas artes plásticas, também se configura na arquitetura, com a presença de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, sob a influência de Le Corbusier, arquiteto suíço-francês, líder do movimento modernista internacional. O projeto para a Pampulha, desenhado simultaneamente ao novo Teatro Municipal, reflete este modernismo na arquitetura e nas artes, assim como o Grande Hotel Ouro Preto, pioneiro e precursor no modernismo em Minas Gerais, projetado por Niemeyer entre 1940/41 e inaugurado em 1944.

Juntos, tais projetos expressam, na concepção modernista, o casamento da ideia de progresso com iniciativas modernizadoras e progressistas, em que a tecnologia propiciava as mudanças na expressão artística. E em sintonia com o novo discurso político que unia desenvolvimento com arte e técnica.

* Foi presidente da Fundação Clóvis Salgado / Palácio das Artes, diretor em Minas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); é autor dos livros “História e formação de Minas Gerais, em 300 anos da Capitania” e “Palácio das Artes, 55 anos: ontem, hoje, sempre!”

“Na atualidade, o Palácio das Artes tornou-se instituição múltipla na amplitude e integralidade de sua atuação, abrigando atividades que abrangem todas as áreas artísticas.”

Palácio das Artes hoje

Na atualidade, o Palácio das Artes tornou-se instituição múltipla na amplitude e integralidade de sua atuação, abrigando atividades que abrangem todas as áreas artísticas, como:

- a) produção, montagem e exibição de espetáculos, óperas, concertos sinfônicos e corais, espetáculos de dança;
- b) apresentação de artistas nacionais e internacionais;
- c) mostras das artes plásticas;
- d) exposições cinematográficas;
- e) oficinas cenográficas em apoio a criações e expressões artísticas e linguagens;
- f) lançamentos culturais e artísticos;
- g) e a inerente e essencial formação, qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos para carreiras artísticas, com escolas de teatro, música, dança, artes visuais e qualificação nos diversos ramos da moderna tecnologia de espetáculos.

Modelo italiano

Oscar Niemeyer desenhou o Palácio das Artes inserido no Parque Municipal Américo Renée Giannetti, em área de 18.000 metros quadrados, como um grande teatro lírico na concepção cenográfica italiana que alinha frontalmente palco e plateias, em dois patamares, palco com dimensões

A visão de JK

No relatório de sua gestão, dos exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao então governador do estado, Benedito Valadares, diz Juscelino Kubitschek:

“A inexistência de um teatro Municipal vem sendo, há longo tempo, a lacuna de que se ressente a capital. Centro dos mais adiantados, Belo Horizonte não podia delongar, por mais tempo, a construção de um templo destinado ao culto das artes, digno do progresso da cidade e da cultura dos mineiros. O velho teatro da rua Goiás, cuja reforma se fazia, quando do início da nossa administração, não era, para nós que desejávamos obra melhor e mais moderna para a cidade, a solução para este problema, cujas raízes se aprofundaram na vontade popular, desejosa de um centro de culto à arte, principalmente a música”.

E informa que deu início à construção do novo teatro, *“dotando o seu projeto – autoria do arquiteto Oscar Niemeyer – de todos os modernos requisitos. Localizado no Parque Municipal contratamos sua construção com o engenheiro Ajax Correia Rabelo, sendo as obras atacadas de pronto”. E diz ainda: “Sua concepção é de grande arrojo e felicidade, tendo o arquiteto utilizado o mais possível os elementos naturais para sua valorização”.*

(“JK – Doutor em desenvolvimento – um mineiro à frente do seu tempo”, Mercado Comum, 2023, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira)

para grandes montagens, óperas e apresentações de coro e orquestra e grandes balés.

O teatro dispõe de toda a infraestrutura indispensável para grandes espetáculos, como elevador para transporte de cenários, elevadores cênicos e para o fosso de orquestra, coxias para abrigar e operar cenários de maior dimensão, caixa cênica com urdimento capaz de sustentar e operar varas de cenário.

Dispõe de 1.707 lugares para o público, camarotes com elevadores exclusivos, um grande *foyer* de recepção e serviços, que recentemente ganhou o nome de Oscar Niemeyer.

O desenho arquitetônico revela as soluções plásticas do estilo modernista do arquiteto, que conjuga em suas obras as linhas retas e curvas.

Retomada da obra

Ao deixar a Prefeitura de Belo Horizonte, em 1945, Juscelino não concluiu a obra do Palácio das Artes; em 1955 houve tentativa de continuidade, mas frustrada. Coube a Israel Pinheiro (1966/1971), a partir de 1966, retomar, atualizar, readaptar e ampliar as obras do conjunto arquitetônico, inauguradas em duas datas: a Grande Galeria em dezembro de 1970, e o Grande Teatro, em 14 de março de 1971, um dia antes de ele deixar o Governo de Minas. Foi inaugurado também neste dia o Centro de Artesanato Mineiro, sob coordenação de Coracy Uchoa Pinheiro, esposa do governador, até hoje em atividade em espaço contíguo ao saguão de entrada.

Oscar Niemeyer planejava também um teatro de câmara, com 400 lugares, conforme plantas originais, ao lado da edificação principal do Palácio das Artes, inserido no Parque Municipal, para concertos de menor público, e que seria acessado pelo Parque ou por passarela elevada, em concreto armado, que o ligava o foyer do Grande Teatro ao teatro de câmara, ainda hoje parcialmente mantida.

O governador Israel Pinheiro, já com o arquiteto Hélio Ferreira Pinto e o engenheiro civil Pery Rocha França, construtor-chefe da obra, decidiu por questão econômica não construir o teatro de câmara, optando por edificar e ampliar o prédio principal, abrindo novos e importantes espaços funcionais e culturais, como as galerias de exposições, o Cine Humberto Mauro e o Café do Palácio.

Fundação mantenedora

O engenheiro Pery Rocha França, que também era cantor lírico e presidente da empresa estadual de turismo Hidrominas, presidiu a Comissão Construtora do Palácio das Artes. Atribui-se a ele e ao deputado Murilo Badaró, também cantor lírico e secretário de Governo de Israel Pinheiro, decisiva influência em favor da conclusão da obra. Integravam também a Comissão Construtora os engenheiros Gil César Moreira de Abreu, construtor do “Mineirão”, e Paulo Mourão.

Pery Rocha França foi designado para presidir o primeiro Conselho Curador da então Fundação Palácio das Artes, integrado também por José Wanderley Cabral de Barros, Clovis Salgado da Gama, Clementino Doti, Abilio Barreto, Rui de

“O desenho arquitetônico revela as soluções plásticas do estilo modernista do arquiteto, que conjuga em suas obras as linhas retas e curvas.”

“O Grande Teatro iniciou suas atividades recebendo artistas e produções de terceiros na sua programação, tornando-se a então a única fonte de receita para o Palácio das Artes.”

Castro Magalhães, Rubens Costa Romanelli, Exaltino Marques Andrade, Elcio Levindo Coelho e Nansen Araujo.

A Fundação Palácio das Artes passou a chamar-se Fundação Clóvis Salgado em 1978, por ato do governador Ozanan Coelho (julho de 1978 a 15 de março de 1979), vice do governador Aureliano Chaves, que assumira a Vice-Presidência da República. O nome é homenagem ao médico, professor da UFMG, catedrático da Faculdade de Medicina, ex-governador do estado (1955/1956) e ex-ministro da Educação e Cultura (1956/1959), incentivador, autor e patrocinador de várias iniciativas e realizações em apoio e expansão da cultura mineira.

Concerto inaugural

O concerto inaugural do Palácio das Artes ocorreu a 14 de março de 1971, com apresentação do oratório “*O Messias*”, de Haendel, pela Orquestra Sinfônica da Rádio Nacional do Ministério da Educação e Cultura, sob regência do maestro Isaac Karabtchevsky, e o Coro da Associação de Canto Coral, do Rio de Janeiro. O convite já era assinado por dois governadores: Israel Pinheiro, que deixava o governo, e Rondon Pacheco, que assumiria no dia seguinte.

O Grande Teatro iniciou suas atividades recebendo artistas e produções de terceiros na sua programação, tornando-se a então a única fonte de receita para o Palácio das Artes. O Teatro João Ceschiatti e a Sala Juvenal Dias, destinados a produções menores, só foram implantados e inaugurados em 1993 e 1994.

Francisco Nunes

Para suprir a oferta de uma casa teatral em Belo Horizonte, tendo em vista a paralisação das obras de construção do Palácio das Artes, o prefeito Otacílio Negrão de Lima, realizando promessa de Juscelino Kubistchek, inaugurou em 1950, também no Parque Municipal, o “*Teatro de Emergência ou Provisório*”, projetado pelo arquiteto Luís Signorelli, mais tarde denominado Francisco Nunes (1875/1934), homenagem ao maestro e clarinetista, criador da Sociedade de Concertos Sinfônicos e diretor do Conservatório Mineiro de Música.

O projeto desse teatro também revela influência de Oscar Niemeyer, e sua “*abóboda faz referência à Igreja de São Francisco, da Pampulha, e as linhas onduladas da fachada mantém ligação com as silhuetas das montanhas de Minas*”. O teatro abrigou, desde sua inauguração, vários gêneros artísticos, com destaque, nos primeiros tempos, para os pioneiros do teatro mineiro João Ceschiatti, Jota Dângelo e João Etienne Filho.

Guignard

Juscelino Kubistchek, quando prefeito, convida para vir para Belo Horizonte o artista e professor Alberto da Veiga Guignard para organizar uma escola de artes. Instalada inicialmente na Avenida Augusto de Lima, no antigo Colégio Estadual, em 1944 a escola ocupa a primeira edificação da obra inacabada do Palácio das Artes, onde funcionou até 1994,

quando foi construída sua sede própria no Bairro Mangabeiras, em projeto do arquiteto Gustavo Pena. Hoje a Escola integra a Universidade do Estado de Minas Gerais. Nos primeiros tempos, Guignard dava aulas ao ar livre, sob as árvores do Parque Municipal. E não só integrava o conjunto arquitetônico do Palácio das Artes como também participava das atividades artísticas e promocionais.

Incêndio

No dia 7 de abril de 1997, por volta das 11h45m, quando o Palácio das Artes realizava obras de preparação para receber o III Encontro das Américas, com presença prevista de ministros da Economia de 34 países e empresários do continente americano, irrompeu incêndio que destruiu completamente o Grande Teatro e parte do quarto andar do prédio. O Encontro tinha organização e patrocínio dos governos federal e estadual e da prefeitura de BH.

O fogo, segundo laudo da Polícia Técnica, teria iniciado com o descuido de um trabalhador da obra ou um curto-circuito de aparelho elétrico. O evento foi transferido para o Minascentro e realizado nos dias de 13 a 16 de maio. A reconstrução, realizada pelo governo do estado, contou com apoios financeiros de várias entidades e empresas e o teatro foi reinaugurado com amplo programa de apresentações artísticas. A restauração do Grande Teatro foi feita sob orientação e projetos dos arquitetos Hilda Cotegipe Pilico, Lizandro Melo Franco e Roberto Marcola Lott.

Integrante do conjunto urbano Avenida Afonso Pena, protegido pelo Conselho do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, o conjunto arquitetônico do Palácio das Artes não possui dossiê individual de tombamento; o edifício, porém, está protegido pelo tombamento estadual (Iepha) do Conjunto Paisagístico do Parque Municipal Américo Renné Gianetti, no qual se insere, conforme o Decreto Estadual 17.086, de 13 de março de 1986.

“Hoje a Escola integra a Universidade do Estado de Minas Gerais. Nos primeiros tempos, Guignard dava aulas ao ar livre, sob as árvores do Parque Municipal.”

MagisCultura no PA

Duas edições da revista *MagisCultura* tiveram lançamento festivo nas instalações do Palácio das Artes: a edição número 29, de abril de 2024, que comemorou a passagem dos 80 anos da chegada de Alberto da Veiga Guignard a Minas, e a edição 33, de abril de 2026, que celebrou os 55 anos do grupo Giramundo – Teatro de Bonecos.





Carla Madeira e o sistema de justiça: a vida entre aspas

Fernanda Guimarães

Juíza de Direito do TJMG, Comarca de Mariana

Os livros nunca me tiraram de mim, sempre me devolveram a mim. Algumas coisas que li não se contentaram com minha memória, caíram no meu sistema digestivo e eu as incorporei como a um bom bife. A ponto de não saber mais se são minhas as palavras que digo ou se eu deveria viver entre aspas.

Carla Madeira, em *A Natureza da Mordida*

Sem saber, Carla Madeira definiu exatamente como me sinto em relação à sua obra.

Não há nada mais humano do que a Linguagem. Entre significantes e significados, comunicamo-nos e, mais, existimos. Direito e Literatura: duas formas tão peculiares de traduzirmos a nossa essência; uma, obedecendo à monotonia da prosa, a outra, dando-se licença de poesia; uma, exprimindo a complexidade em decisão, a outra, convertendo o indizível em sensação; uma, contendo a narrativa entre os limites estanques do processo, a outra, transbordando histórias. Ambas debruçadas sobre nossas relações, dramas, conflitos; falhas e tentativas de restauração. Cada uma à sua maneira, juntas, expressando o que nos torna – nós.

O Direito dialoga com a Literatura como um complemento necessário – a mão e a luva. A mesma técnica que, assertivamente, soluciona o conflito pode convolar-se em automatismo, rigidez; iniquidade, talvez. A sensibilidade metajurídica de enxergar a história e não apenas os autos, as pessoas e não somente as partes, é, muitas vezes, a chave para a verdadeira justiça. Aquela que nenhuma máquina, por mais inteligente que seja, é capaz de administrar. Aquela que somente flui da mente humana.

A obra de Carla Madeira materializa a íntima sinergia entre esses dois mundos. Transformando violência, dor, perdão e amor em estórias, Carla nos convida a mergulhar em narrativas que poderiam, facilmente, chegar a nossos gabinetes como inquéritos ou ações. Mas cujo desfecho não demanda nenhuma solução jurídica; é o produto da atuação de outras forças.

Literatura X Justiça

Carla Madeira é jornalista, publicitária e professora, ex-sócia e diretora de criação da agência Lápis Raro. Autora de *Tudo é Rio*, *Véspera* e *A Natureza da Mordida*. Foi ela a prota-

gonista de bate-papo promovido no dia 19 de março, pela Amagis Mulheres, mediado por mim e pela juíza e escritora Sílvia Paiva Ramos. O encontro explorou a interseção entre a Literatura e o Sistema de Justiça e a capacidade da ficção de produzir sentido diante da realidade.

A pergunta que não pode faltar em rodas de conversa com escritores renomados inaugurou os debates: o processo criativo de Carla, escritora premiadíssima e recordista de vendas, naturalmente fomenta curiosidade. Afinal, e apesar de todas as obras convergirem para a temática das relações humanas, as estruturas narrativas são únicas, singulares: *Tudo é Rio* é como um quebra-cabeças cujas peças nos são gradativamente oferecidas; *A Natureza da Mordida* se desenrola entre diálogos e cadernos de duas narradoras; *Véspera* se apresenta a partir das conjecturas de espectador do evento inaugural.

Embora a rigorosa construção da linguagem, o ritmo intencional e a cadência precisa possam sugerir o contrário, suas histórias não começam a partir de uma trama organizada. E sim de uma abertura para o mundo, de uma conexão com a intuição. Um diálogo, um jeito de falar, uma entonação podem ser o despertar para um enredo que se desenvolve à medida que os personagens se deixam conhecer pela autora. Revelando-se intimamente a ela e, também, a nós.

Carla opera com a versatilidade de quem sabe se adaptar a desafios técnicos diferentes, de quem não repete fórmulas, mas encontra a melhor forma de acomodar as peculiaridades de cada estória. Mais do que escritora, um “*corpo em escuta*”, em constante observação e absorção do entorno.

Sua capacidade de síntese e ritmo, segundo nos confidenciou, foi afiada por seus 40 anos na publicidade, que a ensinaram a desapegar do excesso em prol da precisão. Mediada pela escuta limpa, Carla devora o mundo: para ela, o que lemos não deve apenas ocupar a memória, mas cair no sistema digestivo para ser incorporado ‘como a um bom bife’ – uma antropofagia literária tão profunda que extingue as fronteiras da autoria.

Entre dores e amores

Tudo é Rio é o produto de seu puro “transbordamento” inconsciente, que a assustou e a paralisou por 14 anos. *A Natureza da Mordida* trouxe o desafio de criar a voz de uma psicanalista idosa com demência, exigindo estudo e pesquisa. *Véspera* a provocou a trabalhar a onisciência de um narrador

“Ao suspender julgamentos, morais e normativos, proporciona-nos a chance de olhar para a estória após a sentença, buscar respostas diferentes daquelas enunciadas no comando normativo, ressignificar a realidade que, tantas vezes, faz-se insuportável.”

lidando com as fronteiras entre a verdade, o relato testemunhal e a invenção.

A singular habilidade de Carla também se faz presente no léxico e na semântica.

A *Natureza da Mordida* nos introduz ao neologismo “ador”, conjugação de amor e dor, definida pela autora como o ato de amar fracassadamente demais.

A palavra “engrama”, dissecada por ela em nosso encontro, expressa vivência emocional de intensidade tal capaz de produzir não apenas memórias, mas também marcas físicas, biológicas, verdadeiras cicatrizes na matéria. O conceito é fundante no quarto livro da escritora mineira, *Quando* (previsto para ser lançado em outubro). Gestado em meio ao luto, após período de exaustão profunda, durante a pandemia, foi impulsionado pela dor de perder sucessivamente três pilares de sua vida: sua mãe, sua psicanalista e sua sócia.

“Ador”, produto da genialidade criativa de Carla, e “engrama”, verbete do dicionário. A nós, magistrados, podem ser inéditos no significante, porém familiares no significado. Permeiam conflitos que nos chegam como demandas judiciais. Seguem vivos após o desfecho da causa, como ferida cauterizada ou aberta.

E se o processo impõe um limite pragmático sobre a solução que podemos oferecer aos muitos “adores” e “engramas” que invadem nossos fóruns, a literatura nos permite ir além. Ao suspender julgamentos, morais e normativos, proporciona-nos a chance de olhar para a estória após a sentença, buscar respostas diferentes daquelas enunciadas no comando normativo, ressignificar a realidade que, tantas vezes, faz-se insuportável.

Profundezas do feminino

Em seu movimento de desbravar territórios despovoados, Carla também falou sobre seu mergulho nas profundezas do feminino.

Muito se escreve sobre encontros amorosos, mas é escasso o material literário sobre relações entre mulheres – de amizade, maternidade e sororidade. Carla inova: em *A Natureza da Mordida* nos envolve na cumplicidade orgânica entre Olívia e Rita, na amizade improvável entre Olívia e Biá, nas relações de mãe e filha de Biá e Teresa e de Olívia e Laura. Em *Véspera* é a amizade entre Veneza e Vedina o gatilho de acontecimentos centrais à trama.

Carla nos lembrou que as narrativas milenares, da *Odisseia* à *Bíblia*, trataram as mulheres como espólios de guerra, origem do mal ou tentação, criando modelos comportamentais opressores. Suas histórias trazem mulheres que desobedecem a essas narrativas, causam ruptura no imaginário e na engrenagem violenta da sociedade.

A autora expôs o exercício de resgatar as variadas manifestações do desejo feminino – ferida, recusa, tabu, identidade –, quando a sexualidade feminina foi historicamente interdita. Citou exemplos de suas personagens: Lucy, representativa da sexualidade de controle fálico; Dalva e Venâncio, Veneza e Caim, corporificação da sexualidade mediada pelo amor; e Custódia, retrato da sexualidade forçada, vivida como dever conjugal ou obsessão pela procriação.

Apresentar mulheres como seres desejantes, protagonistas das próprias histórias exige coragem. Carla tampouco economiza na ousadia, ao escancarar tabus, como agressão, abandono e incesto.

Esclareceu sua abordagem ao analisar a engrenagem por trás do autor da violência, não para evitar sua responsabilização, mas para humanizá-lo e entender o contexto civilizatório e estrutural que o formou.

Enquanto o Sistema de Justiça precisa dar resposta a essas atitudes, a literatura de Carla nos oferece algo mais raro: a coragem de permanecer diante da dúvida e das ambiguidades. Afinal, a potência da vida – e da escrita – reside justamente na capacidade de dar voz ao que é indizível.

É essa mesma potência literária que nos salva da rigidez dos códigos e nos lembra de que, por trás de cada processo, há vidas pulsantes. Se a frieza da realidade muitas vezes nos empurra para a monotonia da prosa jurídica, a escrita de Carla Madeira nos leva para um lugar onde podemos viver entre aspas, acolhendo a nossa própria humanidade e a do outro.

“A literatura de Carla nos oferece algo mais raro: a coragem de permanecer diante da dúvida e das ambiguidades.”



Publicado pela Editora Record, o mais novo livro de Carla Madeira, *Quando*, foi lançado em agosto último. Trabalhado pela autora ao longo de quase quatro anos, o livro é ambientado no Brasil da década de 1980 e mergulha nas fraturas de uma família diante do abismo gerado pela difícil decisão da personagem Viridiana, mãe amorosa e atenta de Margarida, Valquíria e Tito, que, vinte anos depois do afastamento, quando o tempo parecia ter dissolvido qualquer chance de reencontro, a narrativa confronta as personagens com a força transformadora dos afetos, ao mesmo tempo em que explora temas urgentes como maternidade, homofobia, culpa e violência.

Fragmentos do que não se pode ter por inteiro

Carla Madeira

*Talvez, ao me ler,
você possa acabar o que comecei.
Entrego meus rascunhos.*

Eu escrevo.
Aceito essas palavras juntas que, ao serem ditas,
abrem parágrafos.
Fragmentos de um processo criativo que não se
deixa dissecar.

Eu escrevo.
Duas palavras enormes, dois rios que nascem no mar,
percorrem a medida dos acontecimentos
e desaguam na fonte de minha vida.
Imaginar é sempre revelar um pouco de si mesmo.

Às vezes, na agônica escolha, as palavras pesam como se fos-
sem um dicionário completo, capa dura, em letras mínimas,
sem ordem alfabética.
Todo o significado possível está lá. Não sei onde.
Antes da palavra, o nome de todas as coisas é desamparo.

As nuvens também me rondam, e eu só posso chovê-las se
estiverem encharcadas.
Precipito-me.
Onde não há borrachas ou teclas delete, conjugo verbos hostis:
abandonar, rasgar, rasurar, desistir.

Mas se levo adiante as águas, não há quem me impeça de
lavar.
Lavar é bordar (descobri há pouco esses sinônimos-contrá-
rios, um quer minhas mãos pesadas, o outro, as quer leves).
Eu quero a linha que atravessa do direito ao avesso das
coisas – enxada,
que cirze o oculto ao visível – raiz.
Essa linha que nos mantém a salvo das coisas separadas.
Luz e sombra: minha árvore frutífera.

No exato instante em que escrevo,
sou o Atlas que carrega o firmamento, e não a terra.
Todas as estrelas sobre meus ombros,
mas só posso avistá-las na escuridão da luz que não me
alcança.

Sim, o escuro é uma luz distante. Está vindo.

Eu escrevo.
Aceito esse tempo presente indicativo de um ato contínuo.
Os acontecimentos me mordem anárquicos, o acaso me
inspira.

O fugidio me pesa uma carreta de minério sobre o peito.
Montanhas inteiras dentro dela. Meu quintal se esvai sobre
rodas.

Todo aquele que escreve vem de alguma infância – a palavra
mais antiga de todas.
Mal a reconheço, tanto tempo eu não a via.
Escrevo saudade todo dia.

Do nada, vou sendo feita.
Meu sistema nervoso é tecido em dedos de prosa.
Tenho a plasticidade de ser o que digo. De ser o que ouço.
De ser os sons de todas as vozes que vieram antes e viraram
corpo.
Meu corpo.
Por vezes, a voz que o ouvir me deu desafina: eis a perturba-
ção.
Piaba que a água profunda cospe.
Eu a persigo.
Ela escorrega.
Eu a noto.
A fenda.
A falha.
A louça lascada.
Meu espaço de manobra é a imperfeição.

Eu escrevo com o assombro de que homens batem em
mulheres há séculos,
mais de milênios e ainda.
Quando querem chamá-los de monstros, eu escrevo ho-
mens.
Quero dar a eles nome, e a mim, esperança.
Contra monstros, nada posso.

Eu escrevo para reiniciar meus olhos quando se acostumam
com a penumbra.

Mas também para passar o tempo.
Experimentar vidas.
Fazer rascunhos com o tédio.
Rituais de pajelança e peleja.
Oração,
desperdício.
O que eu escrevo
não bate pregos.
Não recicla lixo.

Não água plantas.
Não acerta contas.

O papel repleto de palavras
não é sequer mais útil do que o repleto de rasuras.
Insisto descobrir se creio.
Luto com Deus e perco.
E que tudo mais vá pro inferno, menos o belo.

Aprendi a cantar antes de escrever.
O som é a alma da palavra.
O ritmo, minha correnteza.
Vou
e fico presa.
Busco a virada:
naipes, repeniques, ar.
(Sem samba, não dá)

Eu escrevo porque li, leio e lerei.
E os que mais amo e amarei são os que vi tomarem liberdade por escrito.
Fizeram o melhor e o pior de nós se abaixar até vermos nossas entranhas.

A mim inspira olhar com olhos que não são meus.
Outros olhos que tiram a poeira do que vi ontem e me fazem ver pela primeira vez.
Outra vez.
O ovo novo de novo.
(Sons de Arnaldo Antunes que sonhei uma noite dessas).

Nem tudo depende de mim quando escrevo.
Procuro a palavra enquanto durmo.
Meu único silêncio possível é encontrá-la
Noites viram dias, e eu me viro.
Dou de cara com ela,
e ela explode um frescor inesperado em mim.

Sei que achei a bendita porque meu corpo fala.
A carne se fez verbo.
Meu tormento murcha como um balão ao calor da mínima chama

Constato: não se pode escrever sem um corpo incendiado.
Uma nesga de luz entra pela janela e se deita sobre o lençol.
Faço amor com o sol.

Se me perguntam como nasce uma história, lembro-me de uma mulher que me veio à mente enquanto o desejo de conhecê-la me tomou o coração.

Nasço com ela.

O rapaz desajeitado, alto e magro, com pernas desencontradas e mãos suando fala do beijo que cometeu.
Eu o escuto
e escrevo sobre borboletas triscando o néctar de um amor que começa.

E assim vou indo.
Quando menos espero, bateio um diamante entre pedras.
E por um instante, minha vida está completa.

PS.

Nasci em 1964, em Belo Horizonte. Filha de um erudito matemático e de uma mulher sábia, de olhos e mãos encantadas, que mal completou o fundamental. Cresci entre razão e emoção, entre cidade grande e interior, entre crer e questionar. Enquanto fazia um curso superior de matemática na Universidade Federal de Minas Gerais, embora tivesse facilidade e interesse, fui ficando triste. As linguagens artísticas me faziam falta: cantar, compor, escrever, pintar. Mas ser artista, assim de verdade, no oficial da palavra, era algo perigoso para meus pais religiosos e enorme demais para mim. Ainda é imenso, sempre me soa pretensioso. Fui ser publicitária. Larguei a matemática, sem trancar matrícula, movimento radical para uma libiana, e trouxe a alegria das linguagens artísticas para perto. Durante 40 anos fiz a direção criativa da Lápis Raro, uma agência de Comunicação da qual fui uma das fundadoras e sócia. Em 2014, já mãe de dois filhos e no terceiro casamento, publiquei meu primeiro romance, *"Tudo é rio"*, depois vieram *"A natureza da mordida"* e *"Véspera"*. Se dependesse de mim, eu gastaria mais do que sete dias para criar o mundo, levaria, de propósito, a vida inteira.

* Texto publicado também na revista *Brasileira* da Academia Brasileira de Letras



Mário Palmério: da escrita regional mineira à navegação no Amazonas

Rogério Medeiros Garcia de Lima

Desembargador do TJMG

“O viver é mais importante do que o escrever.”
Mário Palmério

Este artigo aborda a vida e a obra literária de Mário Palmério. Foi um notável escritor e político mineiro. Era inventivo e empreendedor. Professor, fundou uma universidade. Também foi deputado federal e embaixador. Tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras. Escreveu dois consagrados romances: *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*. Durante alguns anos, morou em um barco no Amazonas – o Fray Gaspar de Carvajal.

Nascimento

Mário de Ascensão Palmério – ou simplesmente Mário Palmério – nasceu em Monte Carmelo, Minas Gerais, em 1º de março de 1916. A cidade natal se localiza na próspera região do Triângulo Mineiro.

Seus pais eram Francisco Palmério e Maria da Glória Palmério. O pai era engenheiro civil e advogado. Homem culto, era muito prestigiado na região Triangulina; nos últimos anos de vida, foi juiz de direito em várias comarcas mineiras.

Formação

Mário Palmério cursou o secundário no Colégio Diocesano de Uberaba e no Colégio Regina Pacis de Araguari, ambas no Triângulo Mineiro. Em 1935, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Foi desligado no ano seguinte, por problemas de saúde.

Em 1936, empregou-se no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e trabalhou na sucursal de São Paulo.

Na capital paulista, iniciou-se no magistério secundário como professor de matemática do Colégio Pan-Americano, estabelecimento mantido pela Escola Paulista de Medicina. Passou a lecionar também em outras escolas e a se dedicar exclusivamente ao ensino.

O educador

Mário Palmério estava predestinado a empreender uma obra educacional de grandes proporções.

O progresso impulsionava Uberaba, que desenvolvia a criação de gado zebu. Atraído por essa pujança, Palmério mudou-se de São Paulo para a cidade triangulina e instalou o Liceu do Triângulo Mineiro.

Construiu um imponente conjunto de edifícios. Neles foram instalados, em 1945, o Colégio do Triângulo Mineiro e a Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro. Prenunciava-se a fundação da primeira escola superior da região.

Com efeito, em 1947 o governo federal autorizou o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, criada pelo futuro escritor, primeiro passo para a transformação de Uberaba em cidade universitária. Posteriormente, fundou as faculdades de Direito (1950), Medicina (1953) e Engenharia (1956). Já exercia, então, o mandato de deputado federal.

Construiu a Cidade Universitária, em terreno com área superior a 300 mil metros quadrados; e o Hospital Mário Palmério, da Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central, o maior do interior do Brasil.

O político

Mário Palmério foi eleito em 1950 para ocupar uma cadeira à Câmara dos Deputados, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e passou a acumular suas atividades educacionais, em Uberaba, com o mandato parlamentar, no Rio de Janeiro, então capital federal.

Foi vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura, durante todo o primeiro mandato (1950-1954). Reeito em 1954, passou a integrar a Comissão de Orçamento e a Mesa da Câmara. Reelegeu-se em 1958, com expressiva votação.

O embaixador

Em setembro de 1962, Mário Palmério manifestou o desejo de se afastar das lides partidárias e o presidente da República João Goulart o nomeou embaixador do Brasil no Paraguai. Assumiu o posto em 10 de outubro daquele ano e permaneceu na missão diplomática até abril de 1964.

O embaixador incrementou as atividades culturais e artísticas. Integrou-se no seio da intelectualidade paraguaia e estreitou os laços de compreensão e amizade entre os dois países.

O sertão e a política

Algumas passagens desse importante romance regionalista familiarizam o leitor com a vida no sertão e os ardis políticos ali engendrados (*Vila dos Confins*, edição de 1983):

"O fato é que o Sertão dos Confins existe. E é um mundo largado de não acabar mais." (p. 7)

"Culpa mesmo do Governo, que, afinal de contas, sempre foi, é e será ele o culpado de tudo o que acontece de errado e malfeito por esse mundo de Nosso Senhor." (p. 9)

"Rua mesmo, uma só: começando na igreja e acabando no cemitério, tal e qual a vidinha do povo que mora lá." (p. 18)

"Importante, para um político, andar sempre com a memória em dia: guardar o nome do eleitor, o da patroa, se possível até o dos meninos. O pessoal apreciava – sempre era uma prova de atenção, de amizade..." (p. 27)

"E nem eu nem ninguém pode evitar que o Governo dê prestígio a ele: em política, vale quem vale, só é respeitado quem ganha." (p. 30)

"Praga das maiores, o peste: eleitor consciente..." (p. 263)

Chapadão do Bugre

Para escrever *Chapadão do Bugre*, seu segundo romance, Mário Palmério coletou, desde o êxito de *Vila dos Confins*, abundante material linguístico e de costumes regionais.

O romance é baseado numa história real e misteriosa, ocorrida na cidade de Passos, sul de Minas Gerais, no início do século 20, segundo a apresentação do editor.

"Época de coronéis e jagunços, de mandar quem pode e de obedecer quem tem juízo, de lavar a alma com sangue." (Graziela Christina de Oliveira, 2026).

Inacinho, filho do Coronel Tonho Inácio, dono da fazenda Capão do Cedro, é assassinado a machadadas pelo empregado José de Arimatéia, que flagrara uma relação sexual da sua noiva - a infiel Do Carmo - com a vítima.

José de Arimatéia foge, montado na esperta mula Camurça, e consegue abrigo na fazenda do antigo patrão Valico Ribeiro, antes de prosseguir a fuga até Santana do Boqueirão.

É acolhido pelos Barbosas, que comandam o Sertão do Bugre. Américo Barbosa, o Coronel Americão, domina a região.

Sucedem-se crimes e tretas políticas.

O governo estadual envia o Destacamento de Cap-turas para reprimir o coronel Americão, seus aliados e jagunços. Acobertados por um juiz de direito corrompido, os policiais militares cometem as maiores arbitrariedades. Há uma matança no interior do fórum da comarca.

Nesse período, dedicou-se também à música e compôs várias guarânias e polcas paraguaias, com destaque para Saudade, Noches de Assuncion e No Digas No.

O jornalista e escritor mineiro Pedro Rogério Moreira narrou uma possível aventura amorosa de Palmério, que teria seduzido a mulher de um militar paraguaio:

"Preciso revelar um segredo de Polichinelo: o romancista sempre cultivou uma salutar queda pelo elemento feminino. E não media riscos, como aconteceu em Assunção; o traído só esqueceu a vingança de sangue por interferência direta de um amigo de Palmério, o general Stroessner. Amigos de longa data, pois o general era freguês assíduo da exposição anual de gado em Uberaba. O ditador, segundo a anedota plausível de Mauro Santayana, então adido cultural à embaixada, teria acalmado os nervos do figurão traicionado com o conselho murmurado com a suavidade própria dos ditadores: – Non ves que es un honor para vos?" (*Diário da Falsa Cruz de Caravaca*, p. 171).

O escritor

Mário Palmério iniciou a vida literária na maturidade, em 1956, quando, aos quarenta anos de idade, publicou o primeiro livro, que tinha a política como pano de fundo. *"Vila dos Confins nasceu relatório, cresceu crônica e acabou romance"*, confessava o autor. Escrevia inspirado pelo amor à sua terra e à sua gente.

Palmério retornou ao Brasil após o término da delegação diplomática em Assunção e isolou-se na Fazenda São José do Cangalha, de sua propriedade, no sertão sudoeste de Mato Grosso. Ali escreveu *Chapadão do Bugre*, que, lançado em outubro de 1965, foi muito bem recebido pela crítica e teve várias reedições.

O romancista foi o quarto ocupante da Cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras. Eleito em 4 de abril de 1968, na sucessão de Guimarães Rosa, foi recebido pelo acadêmico Cândido Mota Filho em 22 de novembro de 1968.

Vila dos Confins

Estudante de Direito na década de 1980, eu adquiria quizenalmente os livros da *Coleção Grandes Sucessos Abril* (Editora Abril Cultural). Uma das edições foi *Vila dos Confins*.

Foi leitura agradável e instrutiva. Apresentou-me às rudezas da vida interiorana e às artimanhas eleitorais dos grotões brasileiros.

A trama envolve o deputado federal Paulo Santos, que chega à fictícia Vila dos Confins, município recém-emancipado no sertão, para trabalhar pela candidatura a prefeito de João Soares, da "União Cívica".

O adversário é o "liberal" Chico Belo, apoiado pela oligarquia rural. Chico Belo e o clã dos Rochas mandam e desmandam na localidade: invadem terras, compram votos e praticam outras tantas barbaridades. Arguta ironia com o *"liberalismo à brasileira"* ...

O secretário estadual de Negócios do Interior, com ambições futuras de se eleger deputado federal, apoia Chico Belo. Recebe-o em sua mansão da capital. Envia a Vila dos Confins

um capitão da polícia militar e um novo intendente, todos correligionários. A polícia comete várias arbitrariedades.

O deputado Paulo Santos simula emboscada à bala contra sua camionete e o “atentado” é atribuído a Filipão, capanga de Chico Belo. Repercute na imprensa nacional e uma tropa federal vem policiar as eleições.

Mesmo assim, Chico Belo “compra” muitos eleitores e vence por diferença de apenas oito votos, em um total de oitocentos. Consolida assim o poder oligárquico na localidade.

Aventura amazônica

Com mais de 60 anos de idade, Mário Palmério partiu sozinho para Manaus. Construiu um barco, no qual navegou por rios e igarapés da região, de 1978 a 1986. (*Folha de S. Paulo*, 08.09.2011)

Uma linguagem peculiar

Para ilustrar a linguagem de Palmério, destaco algumas citações da sua obra-prima:

“Ele, José de Arimatéia, estimado, prosperando no serviço, respeitado. E, da noite para o dia, de instantâneo, aquele mau-sucesso, a vida demudada por completo – assim como um redemunho formado de repentino para arrasar com tudo, carregar com ele mais Camurça e jogá-los em terra estranha, em meio de gente desconhecida.” (p. 15)

“Ah, se pegasse agora aquela descarada! Ela podia ajoelhar, rezar, implorar de rastos pelo amor de Deus, como fizera o porquera do Inacinho... A vontade era arrancar, a poder de fio de machado, as marcas que o cachorro deixara pelo corpo da Do Carmo: enfiar embaixo a cunha da ferramenta, subir correndo, rasgando ao meio as indecências dela.”

(p. 47, José de Arimatéia pensava em matar também a Do Carmo)

“Machado outra vez nas mãos, um ódio sem tamanho na alma.” (p. 49)

“Os outros chefes de Santana do Boqueirão, esses também não concordariam, nem por sombra, com aquelas exigências do Juiz de Direito: o que rendia dinheiro para custear as eleições eram aqueles homens que o pai mantinha com tanta despesa e que, agora, o santarrão do Dr. Damasceno Soares resolvera perseguir! Ganhar política com quem? Com as freiras do Orfanato? com as filhas-de-maria do Cônego Tristão, com os frades do Colégio que nem votar podiam? E com que pagar as contas – comida, transporte, qualificação, as viagens... – sustentar os cabos-eleitorais e suas famílias... – com discurso?” (p. 128)

“Quando sentia a sela frouxa e o cavaleiro a recuar, Camurça de pronto estacava, ainda que sabedora do penoso re-

aperto do cilhão. Em tais horas, porém, aprendera a encher o peito de ar bastante, e retesar os músculos: roubava assim um furo a mais do arrocho da barrigueira – tico só de folgazinha, mas importante laceio para o vai-vém do fôlego. Só não podia evitar era que o couro da barriga se ensafonasse em muitas dobras – dolorida mordeção de rugas a juntar-se ao sacrifício do lançante a pique. Mas Camurça suportava com resignação aqueles sacrifícios. Era um animal agradecido: se acostumara com o dono; gostava dele, reconhecia a bondade, a estima dele para com ela” (p. 217, a esperteza quase humana da mula Camurça).

“Ah, se pudesse ele voltar àqueles outros tempos, mas voltar com a sabedoria e a maldade que a vida lhe ensinara!” (p. 225)

“Todo um sertão sem fundo e sem tamanho desembocava no Bugre.” (p. 257)

“José de Arimatéia apertou contra o coração o escapulário pendurado no pescoço, e se persignou em seguida, completo, com a mão direita – na testa, na boca e no peito.

Nem parou junto ao portãozinho de grade de ferro. Tampouco vacilou um segundo ao atravessá-lo, subir a escada de degraus de ladrilho lustroso de tão lavado. Vazio, o alpendre.

José de Arimatéia chegou à porta da sala-da-frente, e viu, num golpe só de vista, a sala cheia: o padre, encostado a uma janela, com a xícara nas mãos; Seu Eduardo conversando alto, mais gente sentada, outros de pé; a empregada gorda, mulata, de avental e bandeja. Na cadeira de balanço, o velho barbado, de roupa preta: estava meio curvado, na hora de beber o café, a xícara em uma das mãos, o pires em outra.

– Cachorro! – ganiu José de Arimatéia, enquanto fazia fogo, o cotovelo apertado à cintura, os olhos acesos fitos nos olhos espantados de Seu Tonho Inácio.” (p. 276)

“Mário Palmério deu seu personalíssimo toque pessoal (...), emprestando aos compartimentos do barco uns ares de sobrado mineiro, com as comodidades dessas antigas mansões senhoriais do Império.”

Registrou o escritor Mário Prata, também nascido em Uberaba (*O crime do açougueiro*, 2000):

“Depois de descrever o Chapadão do Bugre lá na Vila dos Confins, depois de virar deputado federal e depois de entrar para a Academia Brasileira de Letras, Mário Palmério largou tudo, comprou um barco e uma índia e ficou uns oito anos subindo e descendo o Amazonas, pensando e fazendo bobagens (no bom sentido, como deve ser toda bobagem).”

Pedro Rogério Moreira, imortal da Academia Mineira de Letras, era amigo de Palmério:

“No começo da década de 80, eu era repórter itinerante da TV Globo na Amazônia e acabei virando hóspede costumeiro do romancista, então vivendo em seu enorme barco Fray Gaspar de Carvajal. Palmério sentia a necessidade de viver a história para contá-la. (...)

– O viver – me disse o romancista – é mais importante do que o escrever.

Ele próprio criara certa expectativa sobre sua futura produção literária inspirada pela floresta. Volta e meia se trancava na biblioteca do barco, para ler os primeiros viajantes que palmilharam os grandes rios amazônicos e nos legaram seu testemunho escrito. Um deles Mário homenageou ao batizar seu barco com o nome do imaginoso frade dominicano que escreveu o relato da dramática expedição de Orellana pela calha do Amazonas, criando a lenda das índias que guerreavam a cavalo.” (*O crime perfeito* de Mário Palmério, 2015)

“Sua casa é o Carvajal, o barco que mandou construir para chupar as suas jabuticabas na Amazônia. Um formoso barco! (...)

Mário mora no barco com a Olga, moça muito simpática e vivaz, rosto faceiro de morena de beira de rio amazônico, nem parece a paulista que é. Cada um tem o seu camarote. Ela cuida da cozinha e da administração civil do barco. (...)

Mário Palmério deu seu personalíssimo toque pessoal (...), emprestando aos compartimentos do barco uns ares de sobrado mineiro, com as comodidades dessas antigas mansões senhoriais do Império. Tem até um galinheiro e pequena horta no deck superior. Idiossincrático, o escritor mineiro abstém-se de peixe e prefere as penosas, refogadas com batatinhas ou ao molho pardo com angu e couve. E sem coentro.” (*Diário da Falsa Cruz de Caravaca*, p. 159-160).

Em 1984, o governador mineiro Tancredo Neves, então candidato a presidente da República, visitou Manaus. Foi recebido por Palmério. Ambos concederam entrevista aos repórteres, a bordo do Carvajal (*Portal Mário Palmério – Memorial*, 2026).

Eu e o escritor

No segundo semestre de 1986, fui com o meu pai a Barbacena, onde assistimos a um comício de Itamar Franco, então candidato a governador de Minas Gerais. Papai era amigo de Itamar, que foi derrotado naquele pleito, mas seria alçado à presidência da República em 1992 e ao governo estadual, em 1999.

Mário Palmério integrava a comitiva do candidato, de quem também era amigo.

Apresentei-me ao escritor. Disse-lhe que que havia lido, com muito gosto, o seu excelente romance *Vila dos Confins*. Ele me agradeceu sorridente e me abraçou.

Era um homem alto, corpulento e exótico. Usava cabelos lisos compridos e espessa barba, totalmente brancos. Vestia terno preto, com camisa branca. Em vez da gravata, exibía uma fina fita preta amarrada sob o colarinho. Calçava botinas.

Viveu mais do que escreveu

Mário Palmério era casado com Cecília Arantes Palmério. O casal teve dois filhos, Marcelo e Marília. Retornou a Uberaba em 1987, após a aventura amazônica. Faleceu em 24 de setembro de 1996, aos 80 anos.

Anotou Pedro Rogério Moreira:

"Deixou inédito O crime perfeito – Confissões de Athanásio. Por quê? Um mistério." (Diário da Falsa Cruz de Caravaca, p. 166)

Por que Palmério escreveu apenas dois grandes romances, apesar da imensidão do seu talento? Talvez por ter vivido uma existência fantástica, aventureira, intensa e multifária. Sabia que *"o viver é mais importante do que o escrever"*. E arrematava, em declaração ao amigo Pedro Rogério (*Diário da Falsa Cruz de Caravaca*, p. 162):

– Pedroca, eu gosto mesmo é desta vida bandoleira: alisar um cachorro, conversar com um capiau, dormir na floresta, compor uma Saudade...

Referências bibliográficas

- Portal UNIUBE, Universidade de Uberaba, disponível em <https://uniube.br/instituicao/universidade/fundador>, acesso em 14.06.2026.
- *Lançamento revê a viagem de Mário Palmério na Amazônia. Folha de S. Paulo*, edição de 08.09.2011, caderno Turismo.
- Mário Palmério - Biografia. Portal Academia Brasileira de Letras, disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/mario-palmerio/biografia>, acesso em 20.01.2026.
- Monte Carmelo (Minas Gerais). Wikipédia – enciclopédia livre, disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Carmelo_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Carmelo_(Minas_Gerais)), acesso em 23.05.2026.
- MOREIRA, Pedro Rogério. *Diário da Falsa Cruz de Caravaca*. Brasília/DF: Thesaurus, 2018.
- _____. *O crime perfeito de Mário Palmério*, jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 28.03.2015, seção Cultura.
- OLIVEIRA, Graziela Christina de. *Alma se lava é com sangue*. Portal UNIUBE, Universidade de Uberaba-MG, disponível em https://uniube.br/mariopalmerio/literatura/resenha_chapadao.php, acesso em 19.01.2026.
- PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.
- _____. *Vila dos Confins*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Portal Mário Palmério – Memorial, UNIUBE, disponível em <https://uniube.br/mariopalmerio/memorial/mp601.php>, acesso em 21.06.2026.
- PRATA, Mário. *O crime do açougueiro*. Publicado originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 26.01.2000, e reproduzido do endereço: <http://www.marioprataonline.com.br>. Portal UNIUBE, disponível em https://uniube.br/mariopalmerio/quem_foi/mario_prata.php, acesso em 23.06.2026.
- Uberaba. Wikipédia – a enciclopédia livre, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uberaba>, acesso em 14.06.2026.



Por que precisamos conhecer Maria Valéria Rezende

Lívia Borba

Juíza Auxiliar do TJMG, Comarca de Belo Horizonte

Como a literatura da educadora popular nos convida, no cotidiano da magistratura, a redescobrir a densidade dos encontros e a delicadeza da escuta humana.

Minha amiga Cristina já havia me falado de Maria Valéria Rezende com aquele entusiasmo bonito que transborda e contagia. Quando me presenteou com *Vasto Mundo* (2001), disse: “Você precisa conhecê-la!”. Considero muito as indicações dessa amiga que me apresenta pessoas e caminhos que fogem do óbvio, com uma visão crítica e utópica, que nos irmanam em conversas intermináveis.

O encontro com a autora, no entanto, veio anos depois pelas mãos do nosso Clube de Leitura da Amagis Mulheres. Sabemos bem como é: nem sempre os livros indicados nos conquistam de imediato. Muitas vezes, a leitura tarde da noite exige de nós um esforço genuíno contra o cansaço pesado de um longo dia de trabalho na jurisdição. Mas com *O Voo da Guará Vermelha*, sugerido por nossa curadora e também escritora Sílvia Paiva Ramos, o efeito foi outro. De todas as obras que compartilhamos, essa foi a que mais profundamente tocou meu coração.

Logo de início, encantou-me a forma delicada como a autora desenha o desamparo de um homem e de uma mulher, e a beleza singela que nasce do encontro entre eles. Não um encontro perfeito, idealizado, cujo desfecho a gente antevê nas primeiras páginas. É o encontro entre alguém que tem sede de conhecer e vê na leitura uma janela para mundos invisíveis, e outro que carrega uma fome visceral de ouvir. Conforme avançamos pelas páginas, os estereótipos caem um a um, revelando a humanidade em sua forma mais crua, terna e bela.

Literatura como ofício de emancipação

Maria Valéria sempre viveu voltada para a educação popular no Nordeste brasileiro, sem qualquer vaidade ou pretensão de se tornar uma escritora profissional. Entretanto, ela tinha o costume de escrever pequenas histórias para dar de presente aos amigos; ela mesma as ilustrava, montava a capa e encadernava manualmente.

Em 2001, ela ia se encontrar com o escritor Frei Betto, de quem era muito amiga devido ao trabalho pastoral. Como não tinha dinheiro para comprar presente, resolveu levar uma dessas suas pequenas histórias artesanais. Frei Betto ficou tão

encantado com o texto que, sem que ela soubesse, o repassou para o editor Pascoal Soto, que na época estava na Editora Beca. Cerca de três meses depois, Maria Valéria recebeu uma ligação do editor exigindo que ela enviasse “os originais do restante do livro”, dizendo que ela não podia ser uma iniciante.

Há uma poesia tocante no fato de que Maria Valéria não planejava publicar seus escritos; para ela, a escrita era um caminho orgânico, um registro silencioso de sua própria caminhada. Tudo se transformou quando recebeu uma encomenda extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (Sintricom), em João Pessoa (PB).

Aqueles adultos recém-alfabetizados não encontravam livros adequados que despertassem o desejo de ler: ou depa-ravam-se com cartilhas infantis que subestimavam suas ricas vivências, ou com clássicos de uma complexidade impenetrável para quem dava os primeiros passos no mundo das letras. O desafio veio sem rodeios, direto do coração do canteiro de obras:

“Valéria, escreva um livro para os nossos companheiros. Um livro que conte a história deles, com a cara deles, mas que eles consigam ler.”

Foi assim que ela, aos 59 anos, começou a publicar seus livros e daí vieram vários prêmios.

O Voo da Guará Vermelha me arrebatou, aquele final ainda não sai da minha cabeça e lá fomos nós para o encontro virtual com ela. Numa busca na internet descobri que ela era freira e estava praticamente cega de um olho. Eu fiquei muito curiosa em saber como uma pessoa com essa trajetória escrevia com tanta humanidade. E aí quando nos encontramos pela tela do computador, veio a resposta: é porque ela é uma educadora popular. Mais do que freira ou escritora, esse era o ofício com o qual ela se apresentava, essa foi a forma como ela se colocou no mundo: indo aos rincões de toda parte para ensinar e aprender através do método de Paulo Freire, referência viva em tudo que ela faz. Ela respondeu nossas perguntas, fomos perguntando e refletindo, encantadas com o jeito dela e impressionadas de somente termos a conhecido agora. Como que pode?

O sistema de Justiça sob a ótica da invisibilidade

Se em *O Voo da Guará Vermelha* o foco é o acolhimento do encontro, em 40 Dias (obra vencedora do Prêmio Jabuti

“Trata-se de uma narrativa magnética sobre o envelhecimento, a invisibilidade urbana e a descoberta de uma força interior insuspeitada quando todas as nossas referências e portos seguros desmoronam.”

em 2015) Maria Valéria nos joga na urgência da busca. Acompanhamos Alice, uma professora aposentada arrastada contra a vontade para outra cidade, que acaba se perdendo física e existencialmente nas ruas de Porto Alegre. Trata-se de uma narrativa magnética sobre o envelhecimento, a invisibilidade urbana e a descoberta de uma força interior insuspeitada quando todas as nossas referências e portos seguros desmoronam.

Recentemente, tivemos a imensa alegria de recebê-la em Belo Horizonte para o lançamento de sua obra *Recapitulações*. O título remete ao conto homônimo onde ela faz uma releitura decolonial e feminista de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, alterando de forma brilhante o foco do maior debate da nossa literatura ao dar voz e direito de resposta a Capitu, direto de seu exílio na Suíça.

Maria Valéria esteve na Amagis, onde foi entrevistada no programa *Pensamento Jurídico*, pelo jornalista Orion Teixeira e com participação de forma sensível da nossa colega Vaneska de Araújo Leite; esteve também no programa *Letra em Cena*, no Minas Tênis Clube, onde tive o privilégio de estar, acompanhada por minhas queridas amigas Cristina e Giovanna.

Com uma vitalidade extraordinária, ela nos conduziu por suas memórias de infância em Santos e sua ligação afetuosa com a família materna em Minas Gerais. Recordou com carinho a figura do pai, médico da Santa Casa, cuja dedicação aos pacientes não terminava na alta hospitalar. Ele frequentemente viajava longas distâncias, às vezes de canoa, para visitar aqueles que estiveram sob seus cuidados nos rincões mais isolados.

Acompanhando o pai nessas incursões, a menina curiosa educou sua sensibilidade para além da sua casa. Ali, no balanço da canoa e na poeira das estradas, ela aprendeu a ter atenção mútua, uma curiosidade sincera pelos diferentes modos de viver e uma profunda e terna disposição para escutar as dores e os caminhos do outro.

Conexão com a atividade jurisdicional

Existe um ponto de convergência profundo entre *O Voo da Guará Vermelha* e o romance de estreia de nossa colega Silvia Paiva Ramos, *Quem será contra nós?*. Ambas as obras se encontram no desejo urgente de dar voz, corpo e dignidade aos invisibilizados pelas estruturas de poder brasileiras. São verdadeiras radiografias sociais de um país que interpelam diretamente e no íntimo quem atua no Sistema de Justiça.

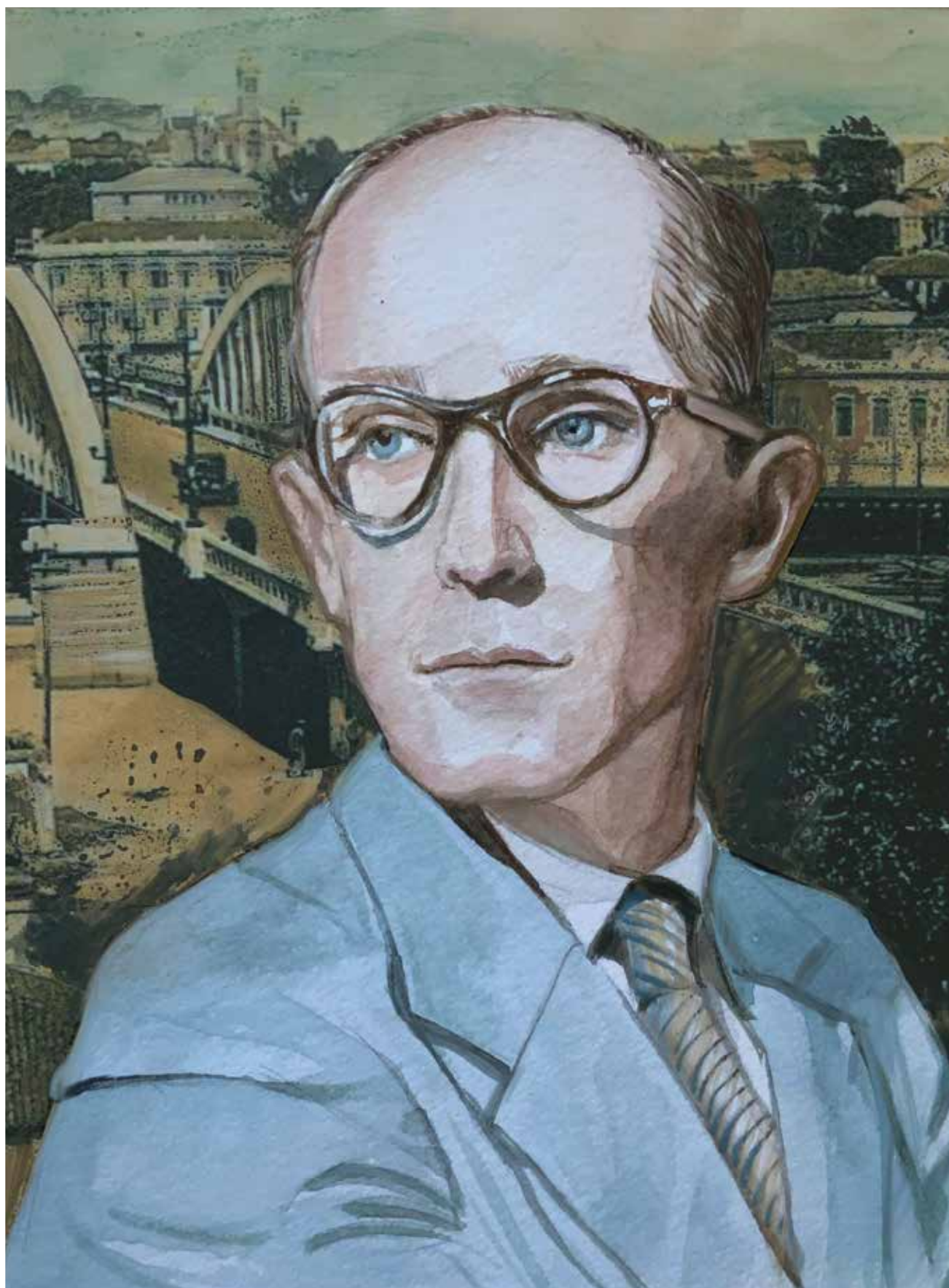
Para nós, magistrados e magistradas que lidamos diariamente com conflitos, dores, fraturas, memórias e narrativas humanas complexas que chegam frias nos processos, mergulhar na literatura de Maria Valéria Rezende é um exercício ético de alteridade. Em um cotidiano frequentemente engolido pela pressa, pelo volume de trabalho e pelas metas, ler seus romances, contos e haicais torna-se um ato de resistência, de reflexão e de doçura.

Suas páginas são povoadas por pessoas comuns — aquelas que a pressa das grandes avenidas e a frieza dos relatórios processuais costumam apagar, mas que, sob o olhar atento dela, revelam a grandeza silenciosa de personagens da vida real.

Maria Valéria nos recorda, com a sabedoria mansa de quem muito caminhou e ouviu, uma premissa fundamental para a nossa própria missão de julgar: escutar é muito diferente de ouvir; falar é diferente de dizer; e olhar é, fundamentalmente, muito diferente de ver.

Que possamos, no silêncio de nossos gabinetes e na vivacidade de nossas audiências, nos permitir esse olhar.

“Para nós,
magistrados e
magistradas que
lidamos diariamente
com conflitos, dores,
fraturas, memórias e
narrativas humanas
complexas que
chegam frias nos
processos, mergulhar
na literatura de
Maria Valéria
Rezende é um
exercício ético de
alteridade.”



O avesso do tempo: os 75 anos de “*Claro Enigma*” e os mistérios de Drummond

Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa

Desembargadora do TJMG

Neste ano de 2026, o livro de poesias “*Claro Enigma*”, de Carlos Drummond de Andrade, está a completar 75 anos de publicação pela Livraria José Olympio Editora, em 1951. O lançamento de “*Claro Enigma*” marcou uma transição profunda na trajetória do autor.

O Carlos Drummond social que emergira na segunda geração modernista da década de 1930 e que, nos anos de 1940, escrevia sob o signo da utopia e do engajamento social, dá lugar a um poeta mais introspectivo e filosófico nos anos de 1950.

Ao completar 75 anos de sua publicação, a obra se consolida como o registro de uma maturidade poética caracterizada pelo desencanto, pelo retorno às formas clássicas e por uma investigação filosófica sobre a existência.

Os poemas da obra dialogam sobre o mistério da condição humana diante de um mundo permeado pela mecanização que se apossou da vida cotidiana.

Os acontecimentos são desde logo desmerecidos na abertura do livro pela epígrafe de Paul Valéry: “*Les événements m’ennuient*” (“Os acontecimentos causam-me tédio”).

As quatro fases de Drummond

A crítica literária costuma organizar a vasta produção de Drummond em quatro momentos distintos, que ajudam a situar essa virada estética.

A primeira fase, na década de 1930, concentra-se no isolamento do indivíduo e na rotina do sujeito deslocado no mundo.

A segunda, marcada pelos traumas da Segunda Guerra Mundial na década de 1940, assume caráter marcadamente social, coletivo e esperançoso.

A publicação de “*Claro Enigma*” inaugura a terceira fase, de viés estritamente filosófico e metafísico, em que o ceticismo prevalece. No período de criação dos poemas, a Guerra Fria e a ameaça de uma bomba atômica atormentavam um mundo dividido entre o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, e o socialismo, encabeçado pela União Soviética.

Por fim, as décadas de 1970 e 1980 encerram uma produção com a fase memorialista, nostálgica e de reconciliação.

Personalidade mineral, com ironia

Para compreender a atmosfera que deu origem a essa terceira etapa, com “*Claro Enigma*”, é preciso observar a trajetória pessoal do escritor.

Nascido em 1902 na cidade de Itabira do Mato Dentro, no interior de Minas Gerais, Drummond foi o nono filho do fazendeiro Carlos de Paula Andrade e de Julieta Augusta Drummond de Andrade. Criado numa numerosa família de quatorze irmãos, ele cresceu em um ambiente rural e de exploração mineradora.

A paisagem itabirana – marcada pelo silêncio das montanhas, pela rigidez dos costumes e pelo minério de ferro – moldou de forma indelével a sua personalidade. Dela, o poeta herdou um temperamento introspectivo, um apego à sobriedade e um olhar desconfiado diante das facilidades do mundo.

Essa essência itabirana acentuou-se após um episódio traumático ocorrido em 1919, ainda na adolescência, quando ele foi expulso do tradicional Colégio Anchieta, internato jesuíta em Nova Friburgo, sob a justificativa de “*insubordinação mental*”, após um desentendimento com o professor de português.

A incompreensão sofrida naquela idade deixou mágoas profundas e acentuou o seu perfil de *gauche* – o indivíduo que observa as instituições e as certezas sociais com justificada desconfiança.

Mas o poeta também tinha momentos guardados para uma espécie de peripécia, contrariando sua própria sisudez ao escalar os Arcos do Viaduto Santa Tereza, quando morava em Belo Horizonte, ao injetar ironias finas no cotidiano e recusar solenidades, como quando rejeitou fazer parte da Academia Brasileira de Letras para manter sua independência artística.

Esse lado reservado, mas profundamente leal, encontrava porto seguro em círculo restrito de grandes amigos literários, como Pedro Nava, Emílio Moura e Manuel Bandeira.

Momentos difíceis em família

Em 1925, Drummond casou-se com Dolores Dutra de Moraes.

Naquele mesmo ano de 1925, por insistência da família, concluiu o curso de graduação em Farmácia, profissão que ele jamais viria a exercer.

“*Claro Enigma*’
surge [...] como
testemunho de
um homem que
substituiu os
discursos ideológicos
pela observação
atenta do absurdo
da vida.”

A vida familiar foi marcada por momentos difíceis logo no início: em 1927, o primeiro filho do casal, Carlos Flávio, viveu por apenas meia hora.

No ano seguinte, nasceu Maria Julieta Drummond de Andrade, que se tornaria a grande interlocutora intelectual e companheira da vida do poeta.

No entanto, em 1949, as dinâmicas familiares sofreram nova transformação quando Maria Julieta casou-se com o advogado e escritor argentino Manuel Graña Etcheverry e mudou-se para Buenos Aires. O casal teve três filhos nascidos na Argentina.

A distância física da filha única e o esvaziamento da casa coincidiram com o período em que Drummond, já vivendo no Rio de Janeiro e dividindo-se entre a literatura e o trabalho burocrático como funcionário público no Ministério da Educação e Saúde, aproximava-se dos cinquenta anos de idade.

Em 1951, possivelmente, diante do desgaste das ilusões coletivas provocadas pelo cenário de Guerra Fria, a opressão do ser e do indivíduo sucumbido por ideologias opostas e inconciliáveis, jungido ao peso das ausências familiares, o otimismo político de seus trabalhos anteriores cedeu lugar a uma reflexão sóbria sobre o tempo, a finitude e o silêncio do universo.

“*Claro Enigma*” surge, portanto, como testemunho de um homem que substituiu os discursos ideológicos pela observação atenta do absurdo da vida.

O esplendor do desencanto

A sobriedade de “*Claro Enigma*” está dividida em seis partes: “*Entre Lobo e Cão*”, em que a poesia do autor aborda a crise existencial e a perda de certezas; “*Notícias Amorosas*”, que permeia a desilusão e a inevitabilidade do amor; “*O Menino e os Homens*”, que faz homenagem afetiva a grandes referências literárias do autor e a reflexão sobre o tempo perdido e o sofrimento da existência humana; “*Selo de Minas*”, marcada pelas raízes familiares e herança de sangue; “*Os Lábios Cerrados*”, cujo tema é a morte, representa o momento intimista, recolhido e confessional do livro; “*A Máquina do Mundo*”, que funciona como uma síntese filosófica da obra, enfatiza a finitude humana e a escolha consciente pela realidade concreta e perecível.

Na obra, composta por 42 poemas, o indivíduo não se mostra como o ser isolado (*gauche*), característica da primeira fase de sua poesia, também não é o indivíduo voltado para as questões sociais, como na segunda etapa literária. O indivíduo neste momento é melancólico e desiludido, como revela o poema “*Relógio do Rosário*”:

*Era tão claro o dia, mas a treva
do som baixando, em seu baixar me leva*

*pelo âmagô de tudo, e no mais fundo
decifro o choro pânico do mundo,*

*que se entrelaça no meu próprio choro,
e compomos os dois um vasto coro. (...).*

Se a poesia da juventude de Drummond se destacava pelo dinamismo e pelo verso livre, "Claro Enigma" propõe um resgate consciente do soneto e da métrica rígida em busca de expressar as angústias universais, como aparece em alguns poemas, dentre eles, "Oficina Irritada":

*Eu quero compor um soneto duro
como poeta algum ousara escrever.
Eu quero pintar um soneto escuro,
seco, abafado, difícil de ler.*

*Quero que meu soneto, no futuro,
não desperte em ninguém nenhum prazer.
E que, no seu maligno ar imaturo,
ao mesmo tempo saiba ser, não ser. (...)*

O ponto central dessa busca se manifesta em "A Máquina do Mundo", considerado para muitos a obra-prima de Drummond. O poema descreve a jornada de um caminhante solitário por uma estrada deserta de Minas ("pedregosa"), momento em que as engrenagens do cosmos se abrem para revelar as verdades absolutas da existência. Diante do enigma decifrado, o protagonista recusa a revelação, abaixa os olhos e segue o próprio caminho:

*(...) baixe os olhos, incurioso, lasso,
desdenhando colher a coisa oferta
que se abriga gratuita a meu engenho.
A treva mais estrita já pousara
sobre a estrada de Minas, pedregosa,
e a máquina do mundo repelida,*

*Se foi miudamente recompondo,
enquanto eu, avaliando o que perdera,
seguia vagaroso, de mãos pensas.*

Nesse poema, o caminhar desiludido e meditativo do personagem drummondiano, em paralelo lírico, pode ser ligado à travessia a pé do autor pelo **Viaduto Santa Tereza**, na década de 1920-1930, quando ainda residia na Capital mineira e vivia a efervescência de sua mocidade.

Na penumbra da estrada de ferro, o jovem que outrora subira os arcos do Viaduto Santa Tereza¹, desafiando a gravidade e o tempo com o riso irônico da juventude, já não busca a imensidão do horizonte. Anos mais tarde, com os olhos fatigados e colados ao chão pedregoso de Minas, aquele mesmo poeta depara-se com a monumental engrenagem do cosmos que se abre diante de seus passos cansados; contudo, diante do espetáculo frio da "Máquina do Mundo", ele escolhe o silêncio e a recusa.

Ao baixar a cabeça e rejeitar a verdade absoluta do universo, o homem maduro dá as costas ao infinito para abraçar a finitude, preferindo a poeira das calçadas humanas e os fantasmas daquela antiga Belo Horizonte que, lá no topo do viaduto, ainda teima em amanhecer na sua memória.

Um farol para os nossos próprios enigmas

Setenta e cinco anos após sua publicação, a leitura de "Claro Enigma" preserva sua relevância.

O tom de despedida e o ceticismo que o livro traduziu em 1951 pareciam antecipar o próprio capítulo final da biografia do poeta.

Em agosto de 1987, Carlos Drummond de Andrade viria a falecer de forma comovente no Rio de Janeiro, sofrendo um infarto apenas doze dias após perder sua filha única e grande companheira, Maria Julieta, para o câncer. Sua esposa Dolores os sobreviveria até 1994.

Em um período atual marcado pela exigência de respostas fáceis e certezas imediatas, a poesia sobrevivente de Drummond resguarda o valor da perplexidade.

O encerramento de sua obra não oferece fórmulas de conciliação ou resoluções prontas para os dilemas humanos. Ao contrário, apresenta a constatação de que a realidade, com suas sombras e raros lampejos de luz, deve ser enfrentada com lucidez e integridade.

Referências

- "Claro Enigma" – Análise da obra de Carlos Drummond de Andrade. <https://guiadoestudante.abril.com.br> - acesso em 30.06.2026.
- Carlos Drummond de Andrade: vida, obras, poesias. <https://mundoeducacao.uol.com.br> - acesso 22.05.2026.
- Carlos Drummond de Andrade - Biografia. <https://www.carlosdrummond.com.br>. acesso 11.07.2026.
- Carlos Drummond de Andrade – Fases de sua obra. Dalla, Marcos. <http://varaldeleitura.blogspot.com> – acesso 11.07.2026.
- Andrade. Carlos Drummond. *Claro Enigma*. 21. ed., Rio de Janeiro, Record, 2022.
- Carlos Drummond de Andrade. *Acervo Drummond*. <https://ims.com.br> – acesso 11.07.2026.

Leia "Santa Tereza, um viaduto cultural", nesta edição.

¹ Leia "Santa Tereza, um viaduto cultural", nesta edição.

Santa Tereza, um viaduto cultural

Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa
Desembargadora do TJMG

Com seus dois arcos simétricos e luminárias em estilo republicano, o viaduto Santa Tereza conecta o centro de Belo Horizonte aos tradicionais bairros de Santa Tereza e Floresta. Finalizado em 1929, foi encomendado pelo prefeito Cristiano Machado (1926-1929) e seu projeto foi executado pelo engenheiro Emílio Henrique Baumgart, destacado profissional das estruturas em concreto armado no Brasil.

A obra de arte arquitetônica, que se tornou um marco na capital mineira, substituiu a antiga passarela existente para transpor o Ribeirão Arrudas, naquele tempo, a céu aberto, facilitando a travessia, especialmente no período das chuvas, quando as águas do ribeirão transbordavam de suas margens.

Considerado, à época, o maior vão livre em concreto armado da América do Sul, o viaduto resolveu, também, as dificuldades para cruzar a via férrea, pois pedestres, bondes e os primeiros automóveis dependiam de uma passagem de nível (cancela) para atravessar as linhas da estrada de ferro. Com o crescimento da capital, muitos veículos tentavam por ali passar diariamente, gerando acidentes constantes e congestionamento do tráfego entre duas partes da cidade: o centro e a zona leste.

Em estilo de Art Déco, estruturado por linhas simples e geométricas, o viaduto possui 390 metros de extensão, 52 metros de vão e 14 metros de altura. A obra pioneira em concreto armado, com acabamento texturizado em pó-de-pedra, impressionou, à época, sobretudo, pelos seus dois imponentes arcos parabólicos.

Na inauguração do viaduto via-se, ao fundo, o belo edifício dos Correios. Posteriormente, o prédio dos Correios foi demolido e o viaduto foi emoldurado pelo prédio composto por duas torres gêmeas espelhadas: os edifícios Sulacap e Sulamérica.

Os edifícios, projetados pelo arquiteto Roberto Capello, na década de 1940, foram implantados de forma separada para criar um vão livre que serve exatamente para ornar o Viaduto Santa Tereza, tanto para quem desce ou sobe a Avenida Afonso Pena. O espaço entre os dois prédios, e que faz a transição para o viaduto, é a Praça da Independência, recentemente reaberta e revitalizada.

Imortalizado por Drummond

As curvas do viaduto serviram de inspiração para escritores mineiros e rito de passagem de literatos.

Como contam Humberto Werneck, no livro “Desatino da rapaziada”, e Pedro Nava, em “Beira-Mar”, os arcos de concreto do viaduto, com largura de cerca de um metro, já foram

“As curvas do viaduto serviram de inspiração para escritores mineiros e rito de passagem de literatos.”

usados para distração e peripécia do poeta Carlos Drummond de Andrade, que ousava escalá-los “quando ia tarde para a sua casa, na Floresta”.

Entre as décadas de 1920 e 1930 – não há exatidão em relação à data – Drummond, se encontrando no cume do arco do viaduto, foi surpreendido por um policial, que ameaçou prendê-lo caso dali não descesse. O poeta desafiou o policial para lhe deter subindo também até o alto. O guarda-noturno, antevendo o perigo, desistiu da empreitada e relaxou a prisão.

No livro de crônicas “A bolsa & a vida”, Carlos Drummond imortalizou o monumento com o seguinte registro:

Leia “O avesso do tempo: os 75 anos de “Claro Enigma” e os mistérios de Drummond, nesta edição”.

O melhor ponto para contemplar-te será o terraço de um edifício da Avenida Afonso Pena? A praça do Cruzeiro, o alto da serra do Curral? Prefiro o arco modesto do viaduto, miradouro da memória, onde tentei às vezes restaurar o romantismo, para consumo próprio e desprazer da polícia.

A chamada “geração 45” repete o “alpinismo urbano”. Os escritores Fernando Sabino, Hélio Pellegrino, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos, conhecidos como os “quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse”, também, se aventuraram no ritual de subida dos arcos. No romance “O encontro marcado”, o viaduto serviu de motivação para o escritor Fernando Sabino descrever a façanha do protagonista da obra, junto

de seus amigos, na escalada dos arcos como “*equilibristas de circo*”.

Reduto de MCs

O Viaduto Santa Tereza, tombado em nível estadual (1988) e municipal (1998), importante marco arquitetônico e expressão urbana de transposição, é símbolo afetivo e cultural em Belo Horizonte, integrante do território da Zona Cultural Praça da Estação. Nos dias atuais, é palco para inúmeras festividades e manifestações artísticas, como *flashmob*, balada, shows, teatros e Carnaval.

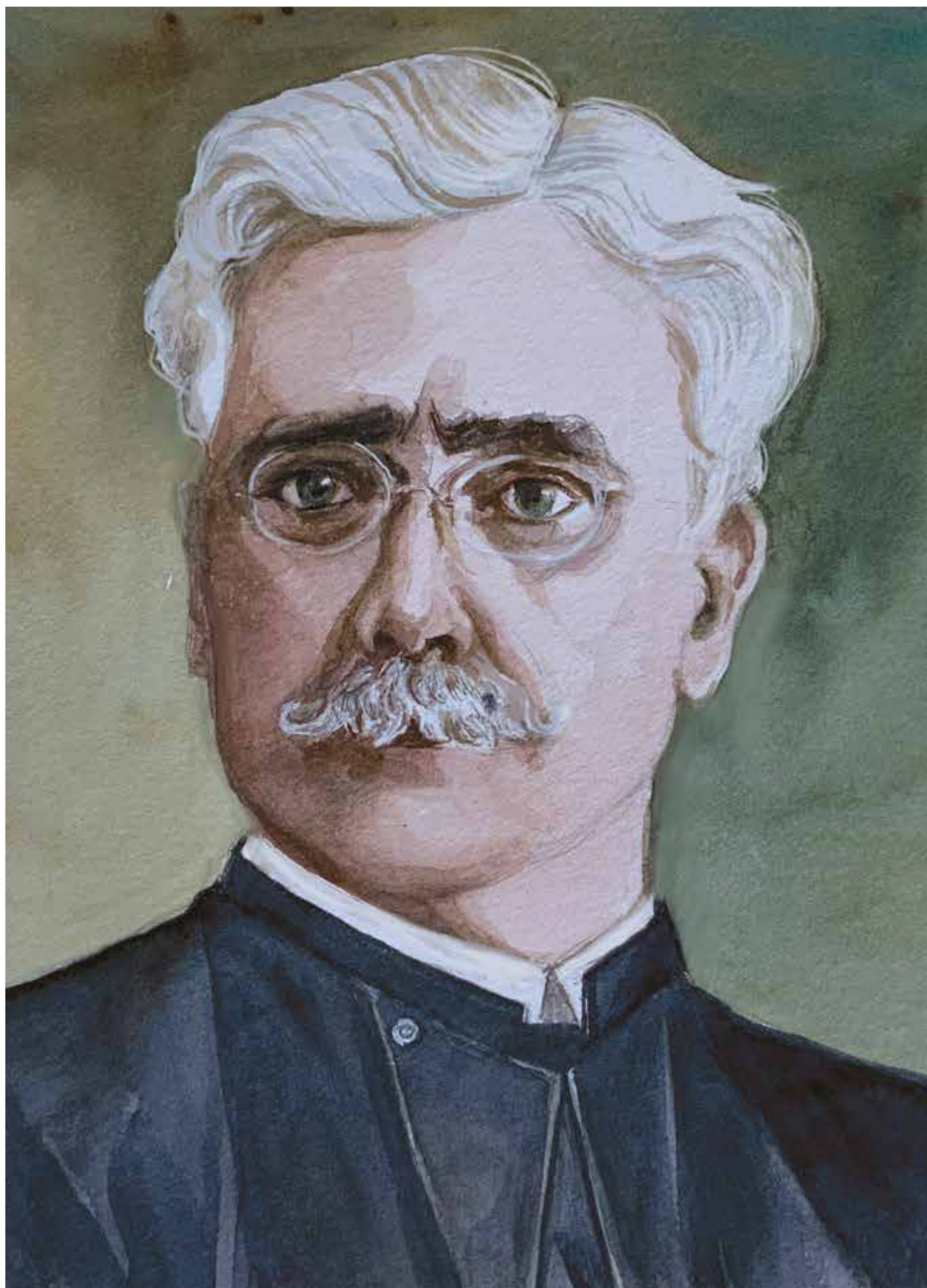
A parte inferior do viaduto abriga o Centro de Referência das Culturas Urbanas e se abre para eventos artísticos e movimentos sociais: roda de samba, diversidade musical e intervenções de artes, além do hip-hop que alberga o duelo de MCs, evento propulsor da música com temática social, sob o matiz da cultura popular, e que proporciona a revelação de artistas.

Absorvido pela paisagem urbana, mais do que um elo de ligação entre pontos geográficos da capital, o Viaduto Santa Tereza é um espaço aberto, eclético e democrático, além de referência simbólica da travessia de gerações de Cultura.

“Nos dias atuais, é palco para inúmeras festividades e manifestações artísticas, como *flashmob*, balada, shows, teatros e Carnaval.”

Referências

- *Viaduto Santa Tereza: travessias urbanas* – Cidade Palimpsestica. Veiga, Ana Cecília Rocha. <https://tainacan.eci.ufmg.br/cidadepalimpsestica/viaduto-santa-tereza-travessias-urbanas/> - acesso 11.05.2026.
- *Viaduto Santa Tereza – Belo Horizonte*. Engenheiro Emilio Baumgart. 1928. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/ethomaz/pontes/Viaduto_Santa_Teresa_BH.pdf - acesso 08.06.2026.
- *Centro de Referência das Culturas Urbanas – Viaduto Santa Tereza*. Fundação Municipal de Cultura. <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/centro-de-referencia-das-culturas-urbanas-viaduto-santa-tereza> – acesso 08.06.2026.
- *Miradouro da memória e do porvir: arcos do Viaduto Santa Tereza ligam diferentes gerações da literatura mineira*. Cassese, Carolina. <http://letras.cidadescriativas.org.br/2020/10/18/miradouro-da-memoria-e-do-porvir-arcos-do-viaduto-santa-tereza-ligam-diferentes-geracoes-da-literatura-mineira/> - acesso 11.05.2026.
- *Poetas alpinistas – Cultura - Revestrés*. Villa, Alisson. <https://revistarevestres.com.br/reves/cultura/poetas-alpinistas/> – acesso 11.05.2026.
- *A bolsa & a vida* – Carlos Drummond de Andrade. <https://www.carlosdrummond.com.br> – acesso 28.06.2026.
- *Um viaduto, um poeta e um memorialista*. Morato, Ulisses. <https://bhaz.com.br/colunas/memoria-arquitetonica-bh/um-viaduto-um-poeta-e-um-memorialista/> - acesso 28.06.2026.
- Nava, Pedro. *Beira-Mar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1º ed., 2013.
- Sabino, Fernando. *O encontro marcado*. Rio de Janeiro: Record, 108º ed., 2025.
- Werneck, Humberto. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



João Cândio da Costa Prazeres

Magistrado e poeta a serviço da justiça social e da liberdade

Manoel Marcos Guimarães*
Jornalista, editor de *MagisCultura*

João Cândio da Costa Prazeres nasceu na pequena Vila de Escada, no estado de Pernambuco, no dia 20 de outubro de 1867. Filho de Manoel da Costa Prazeres e Maria Saturnina da Costa Prazeres, o jovem João Cândio cresceu entre o exemplo familiar, do senso de dever cívico e generosidade cristã, e o fascínio pela justiça e pelas letras. Seu caminho o conduziu à Faculdade de Direito do Recife, onde se formou bacharel em 1893, integrando a geração moldada pela célebre Escola do Recife – berço do positivismo, do evolucionismo e das novas filosofias jurídicas que ilustravam o pensamento político-jurídico brasileiro nesse período.

No final do século XIX, a Faculdade de Direito do Recife era mais que uma escola, era um laboratório de ideias onde o Brasil começava a pensar o futuro. Entre suas arcadas, circulavam nomes que moldariam não apenas o Direito, mas a própria vida intelectual do país, entre os quais pontificavam os juristas Tobias Barreto e Clóvis Beviláqua e o sociólogo Sílvio Romero. Foi ali que o jovem João Cândio herdaria o ideal de justiça social e liberdade que marcou sua trajetória.

Jovem militante

Aos 20 anos de idade, ele já participava ativamente da seara política e jurídica do país, que acabara de atravessar a ruptura institucional que pôs fim ao Império, e a República buscava consolidar-se não apenas nos quartéis e nos decretos oficiais, mas também nas cidades, nos clubes políticos, nos jornais e nas tribunas públicas. Nas páginas do jornal *“Diário de Pernambuco”*, ele aparece associado à vida cívica republicana e, sobretudo, como autor de versos declamados em ocasiões públicas. A poesia não era, naquele contexto, mero ornamento literário: era instrumento político, forma de mobilização simbólica, meio de afirmar valores e celebrar a nova ordem.

O poema que declamou em 1890¹, publicado pelos jornais, revela um jovem impregnado do imaginário republicano do século XIX. Nele estão Tiradentes, Cláudio Manuel, Gonzaga, Nunes Machado, Pedro Ivo – nomes associados à resistência, à luta contra a opressão e à memória liberal brasi-

“A palavra
declamada na
tribuna daria lugar
ao argumento
fundamentado, à
defesa formal, ao
exercício da lei.”

leira e já evocando a tradição revolucionária francesa, matriz simbólica do republicanismo moderno.

Carreira jurídica em Minas

Após esse período de intensa participação política e literária, João Cândio formou-se em Direito e passou a atuar na carreira jurídica. Se em 1890 ele cantava a liberdade com entusiasmo poético, mais tarde buscava realizá-la por meio da ordem jurídica. A palavra declamada na tribuna daria lugar ao argumento fundamentado, à defesa formal, ao exercício da lei. A mesma vocação pública que marcara seu pai e incendiara sua juventude republicana encontraria, no Direito, seu campo de maturidade.

Foi nesse ambiente efervescente que se formou bacharel em 1893. Quando mais tarde percorreu as comarcas de Minas Gerais como juiz e promotor, levou consigo essa herança –

¹ Disponível em DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ano 1890, ed. 00042, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>.

*Texto produzido a partir de pesquisa da historiadora Ana Maria Alves Machado, ainda não publicada.

“Tornou-se
figura central
na comunidade,
atuando como
professor, jornalista,
poeta e um
entusiasta das causas
socioeducacionais,
personificando o
intelectual público
engajado com seu
tempo.”

a de um jurista que via no estudo não apenas uma carreira, mas uma forma de servir à razão e ao bem comum.

Sua carreira jurídica começou logo no mesmo ano de 1893, com a nomeação para promotor de justiça na pacata Abre Campo, em Minas Gerais, quando a capital do estado ainda era Ouro Preto. Ingressou na magistratura em 1894, como juiz municipal em Caeté, e, posteriormente, se estabeleceu por quinze anos como juiz de direito na comarca de Ubá.

Em Ubá, não se limitou à toga; tornou-se figura central na comunidade, atuando como professor, jornalista, poeta e um entusiasta das causas socioeducacionais, personificando o intelectual público engajado com seu tempo. Foi Patrono da Cadeira número 30 da Academia Ubaense de Letras – indicado como magistrado, jurista, educador, jornalista, poeta.

Passou também por Monte Carmelo e Peçanha, até chegar ao posto de Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais (1919–1922) e, mais tarde, Desembargador. Após se aposentar, elegeu Ubá para viver seus últimos anos, retornando em 1939 à cidade que tanto marcou sua vida profissional e pessoal.

Casado com Cândida Chaves da Costa Prazeres, teve nove filhos, entre os quais o médico Eurípedes da Costa Prazeres, que, nascido em 10 de junho de 1895, em Caeté (MG), foi nomeado pelo governo estadual em meados da década de 1920 para fiscalizar a exploração das águas minerais no sul de Minas e ali viria a se tornar grande especialista em Crenoterapia, fixando-se em São Lourenço, cidade da qual foi o primeiro prefeito eleito pelo voto popular, em 1947.

João Cândio faleceu no Rio de Janeiro em 1960, aos 93 anos. Em justa homenagem, o TJMG acolheu o pleito da comunidade jurídica ubaense e batizou o Fórum da Comarca com seu nome, que hoje perpetua sua memória como o “Fórum Desembargador Cândio Prazeres”.

As andorinhas**

Por que passais chorando, ó andorinhas,
Quando se esconde o sol por trás dos montes?
As vossas dores são iguais às minhas,
Mas do pranto secaram-se as fontes.

Chorais o sol em brumas desmaiado,
Mas quando as noites chegam vaporosas,
Tendes ao menos teto esburacado
Que vos abrigue as asas graciosas.

Ah! Eu penso num sol agonizante
O sol da esperança, mas prossigo
Para a noite infinita e não distante.

E não terei um coração amigo,
Onde repouse do voar constante
E onde encontre o derradeiro abrigo.

** Disponível em: https://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/minas_gerais/JOAOANCIODACOSTARAZERES.html

Doce encantamento

Régia Ferreira de Lima
Desembargadora do TJMG

A doçura do seu olhar
Traduz anseios e galanteios.
A doçura do seu olhar
Espelha a alma
E conforta corações.

Doce encantamento,
A doçura do seu olhar.

Quando o sol se põe,
Vejo, de longe,
A doçura do seu olhar,
Como águas claras e cristalinas.

Vejo-me a pensar
Na doçura do seu olhar.
Doce encantamento!

Percebo que o tempo não passa,
De tanto que penso
Na doçura do seu olhar.
Que doce encantamento!

Magia, encontros, lamentos...
Mas o que restou,
O que partiu,
Deixou saudades.

Mas a doçura do seu olhar
Permanece para sempre.
Que doce encantamento!



Ilustração inspirada no garoto Álvaro Apocalypse da Mata, com autorização materna

Seus dias de crepúsculo

Llewellyn Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

Casulo da adventícia noite
Casulo da definitiva morte
chega no fim do dia
chega e rompe tudo

encerra a claridade
encerra a luz
encerra a dignidade
nuvem parada
montanha em movimento

deslumbrante mergulho na incerteza da vida

minha terra tem serras morros e rios
conheço-os por seus nomes
sei onde fica meu coração
o Morro dos Velhacos
o Morro da Legião da Boa Vontade
o Morro da Igreja Matriz
o Morro da Caixa d'água
a Pedra da Boca
a Serra da Farinha
e os rios
o rio Santo Antônio
o rio Todos os Santos
o possante Mucuri

estrada de minha vida
trilhada pelo colonizador antes de mim
a Rio-Bahia
a estrada do Boi
a finada Bahia e Minas
(que continua no coração da gente)
essa é minha terra
esteja eu onde estiver
continuará a ser

minha terra tem uma preguiça imemorial
indiferente governa a Praça Tiradentes

“vamos coração despede-te e cura-te”

as feridas na pele
cicatrices deixadas no caminho
às vezes sigo serelepe
às vezes triste espectador
lembranças me afetam
esmaecem furtivamente
emudecem de pouco a pouco
perdem-se no vazio esquecimento
aos pouquinhos tudo perde a cor
sigo os raios de meus sentimentos
e chega a noite definitiva.



Na praça do Vigésimo

Amaury Silva

Juiz de Direito do TJMG, Comarca de Governador Valadares

Foi ali exatamente naquele espaço
que já tinha sido a ferrovia
onde eu senti que para ser justo
era preciso um medo corajoso
vencido com uma discreta elegância
de que é portador o substantivo vetusto

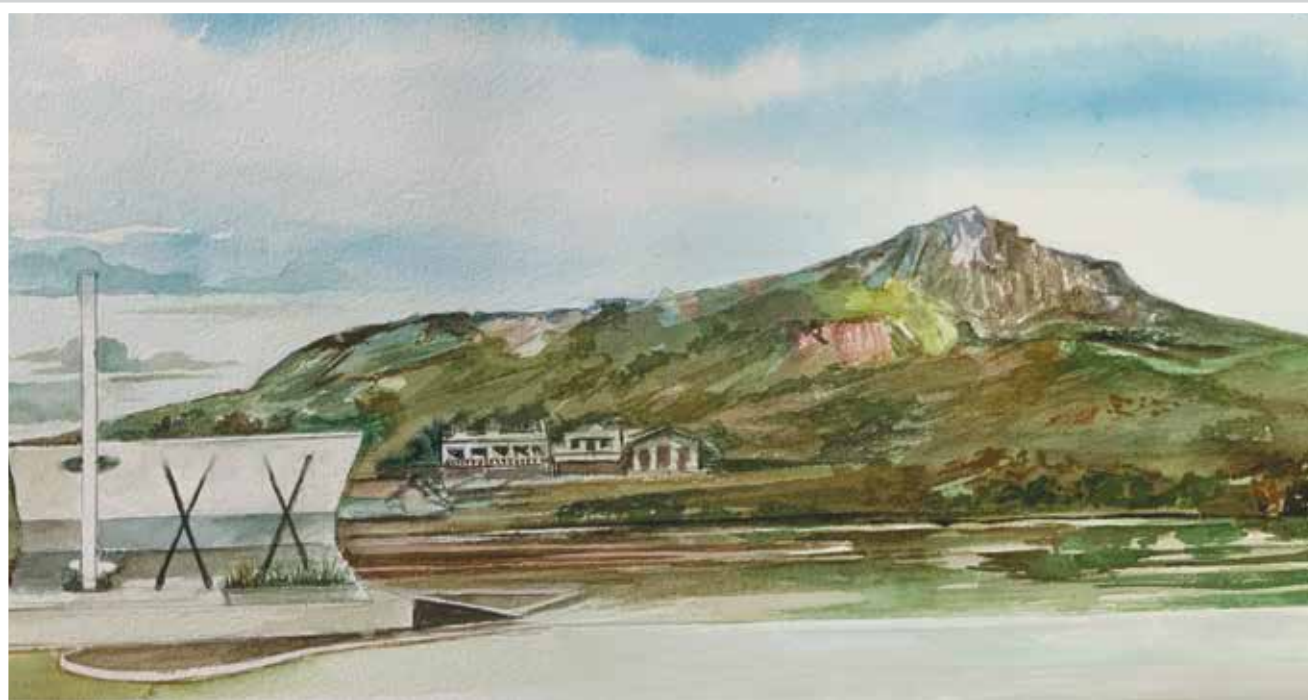
Corredores mal iluminados, janelas sem aberturas
escadas lotadas de um entre e sai, quando o papel
protagonizava os autos, os argumentos e os sentires
sem rota de fuga e um calor pretensioso do Vale da Morte

E na posição estratégica da subida pela escada ao piso de
cima
interpretar as pernas belas e castas no estrito da morena
jurídica
era o regozijo para depois dos embates e dos aprendizados
ou da ansiedade preocupada pelas responsabilidades
neófitas

Se foi a era da mica, madeira e nunca acaba a migração
se foi o foro e o fórum da Praça do Vigésimo Aniversário
com eles e elas foram levadas e lavadas lendas e segredos
divulgados em quase silêncio aos pés do conselho da Têmis

Na sua nova casa, instalada com a ênfase da modernidade
envolta pelos contornos de paisagem urbana na Fazenda da
Esperança
memorialista do tempo, recrutando uma territorialidade
rediviva
aceita a Justiça dessa planície os cânticos de parabéns pelo
pretérito

E ensaia o seu devir pelo justo, com o justo e para o justo
no futuro da duração, sempre sob o calor dos olhares
riodoceanos da Ibituruna



Três poemas

João Quintino Silva Galinari
Desembargador do TJMG, aposentado

Casal Feliz

Tem que ser igual ao nosso,
Todo amor de duas almas,
Que evita seja destroço,
O que ganha tantas palmas.

Se à rua vêm
O povo diz:
- "Meus PARABÉNS,
Casal Feliz!"

Beijo e abraços como os meus,
Beijo e abraços como os dela...
Existe coisa mais bela
Neste mundo de DEUS?

Gente boa nunca morre

Tá ruim a economia
Na inflação que é desabrida?
Se o salário é porcaria,
É riqueza a própria vida.

O viver aqui na terra
Sofre ambiente de perigo.
Quem a vida um dia encerra
Tem no Céu melhor abrigo.
Vá com fé em tua vida
Bem usando os dias teus.
Crê na graça prometida.
A meta é JESUS, é DEUS.

Mesmo entendimento jorre
Em contrário o que ofereço,
Gente boa nunca morre:
- Muda apenas de endereço.

Respingos

Ao céu chumbo a voz depreca,
Confiante, fiel e franca:
Uma chuva em terra seca;
Um bom verso em folha branca.

E a chuva pinga do céu.
O verso pinga da alma.
A chuva faz escarcéu,
O verso faz prêmio e palma.



Sou o filho do trovão
Que arrebenta o céu chuvoso.
Faço verso, uma canção,
- Meu troféu mais precioso.

Eu me resumo num verso
Transforma a alma em fios de luz.
Torno manso o leão perverso
Mesmo a tal não faça jus.

Incrível imaginar
Este João sem fazer verso.
Triste sina, mal vulgar,
Um nascer sem luz nem berço.

Três poemas

Aldina Soares

Juíza de Direito do TJMG, Comarca de Belo Horizonte

A curva do último dia

Padeço desse mal
da tristeza infinda
de outras histórias e vidas,
convexa à curva do último dia.

A solidão se assentou em mim
como quem toma posse da casa.
Arvora-se dona do destino
e arranca a seiva
em direção ao frasco de mel.

Sobrevoos meus pensamentos
e sigo desatenta
às disputas miúdas das bocas
e às canções que morreram
antes da primeira nota.

Veja ou outra,
um gole de champanhe
em fugaz alegria.

Ah, deixa-me deitar
à sombra da árvore
e refrescar-me.

Deixa-me verter lágrimas
temperadas da saudade de quem sou.

Deixa-me acolher os sinos
que badalam
aos olhos enamorados.

Deixa-me sonhar outra margem
e acordar em manhãs
menos severas.

Já não tenho paladar
para provar memórias.

Mas o desejo
e meus assombros amorosos
não se desvelam.

E o epílogo
encosta a mão
em minha porta.

Quaresma

Ora direis
da família,
da Santa Ceia.

Homem de fé
e genuflexão.

Perdoe-se.
Ao fim e amém.

Ventania

Dize-me, ventania, a que voar te trazes a mim?
Não te vejo em companhia de Mary Poppins nem do
cometa Halley.

A que vens, então, neste mês impróprio?
A trazer a chuva cujo tempo de sorvetes e sóis já se foi?

Eu, aqui, a historiar a vida em leituras rebeldes,
e chegas de repente, revirando gravetos soltos
e assobiando alto, em tom sinfônico.

Vens em reviravoltas,
redemoinhos e rodopios,
levantando as saias das moças
que passam
e balançando os cabelos
revoltos, lisos ou enrolados.

De uma arrancas o lenço; de
outra, suspendes a blusa;
do rapaz, tiras o boné, que
some em tuas ondas como pipa
ao vento.

Ouçoo tua sinfonia exaustiva;
cansa-me tua visita contínua e
teu uivo desafinado.

Quisera eu, natureza que
também sou,
como sacerdotisa, deter-te.

Em vão.
Não resignada, espero que
pases.





Garagem 32

Sílvia Nascimento

Juíza de Direito do TJMG, Comarca de Guanhães

Bati sim senhor. Eu bati no carro dele. Se eu não vi o carro? Eu vi. Olhou para fora e projetou sua cabeça para além da porta. E aos quatro ventos soltou: Eu vi sim o seu carro.

Voltou o corpo e se sentou confortavelmente enquanto o escrivão, surpreso, fechava a porta para impedir mais contato. Eu fiz cirurgia de miopia há alguns anos. Um sucesso. Nem preciso de óculos. Isso aqui - apontando para os óculos. Enfeite. É. Eu enxergo muito bem.

Por que eu bati? Porque eu posso. Sim, eu posso. Nem tudo o que eu posso eu devo? Acho que isso é bíblico. Romanos 12:19, eu acredito. Minha mãe era muito religiosa. Eu estudei em escola católica. Hoje? Não. Digamos que hoje sou mais adepta às práticas da virtude.

Por que eu fiz isso? Ahh, verdade, acho que não me fiz entender. Sabe, eu comprei aquele apartamento há três meses. Meu apartamento é o 32. Ele? De acordo com o síndico, ele aluga algum apartamento, eu realmente não sei qual. Não me interessa.

Meus interesses? Hummm, deixa eu ver, por exemplo, eu me interessei nessa garagem. A garagem? Sim. É minha. Sim, onde eu estacionei o meu carro. É minha. Estava ocupada? Isso é uma situação completamente transitória. Hoje eu provei que é uma situação completamente passageira.

Então, como eu dizia. Essa garagem é minha, do meu apartamento. É um prédio muito bom. Meu apartamento tem duas garagens. Hoje em dia não se fazem mais apartamentos de 100 metros quadrados e ainda mais com duas garagens.

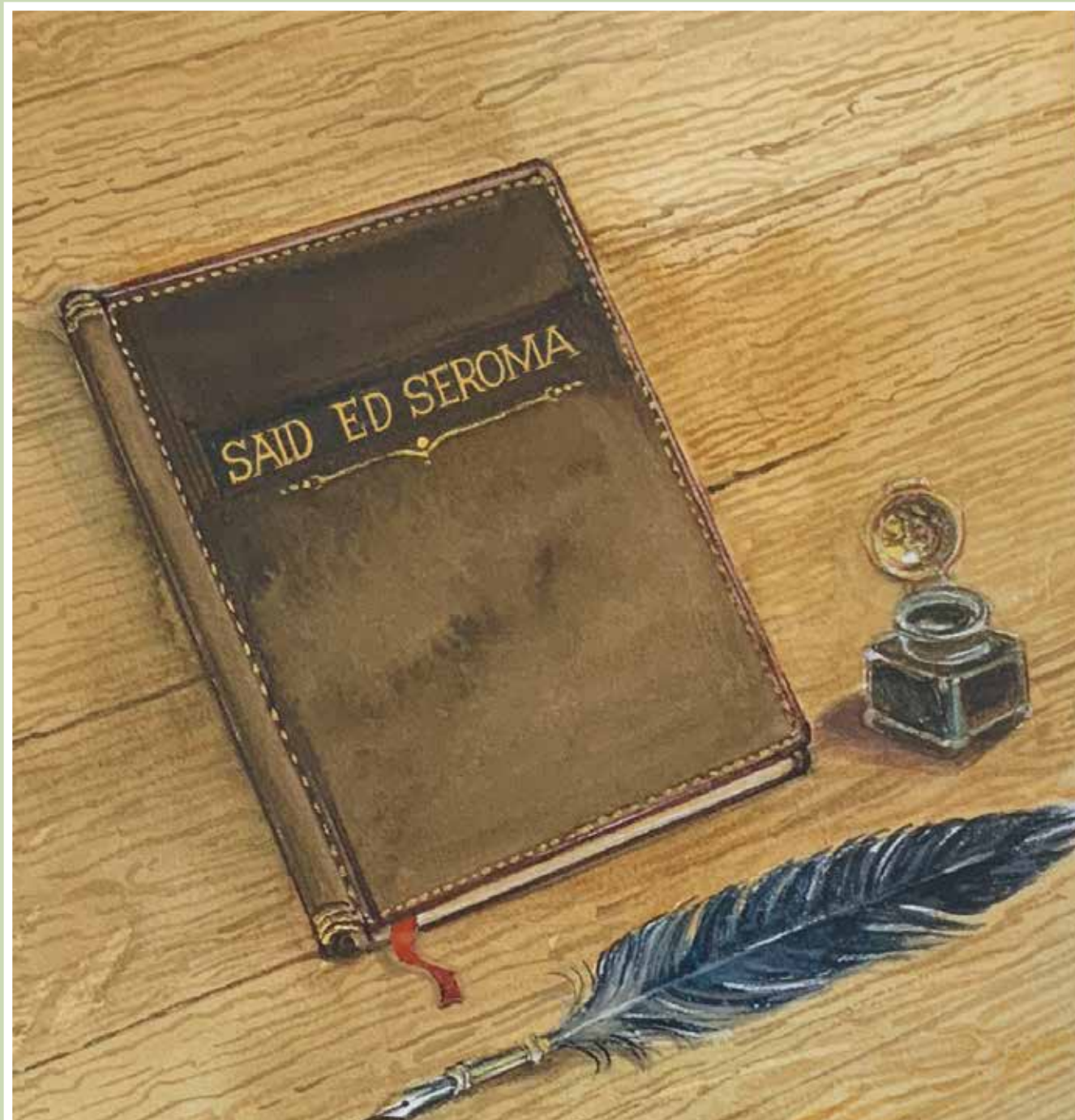
Quantos carros eu tenho? Tenho só um. Por que eu não estacionei na outra vaga? Pois é. Não que isso seja importante. Afinal, as duas vagas são minhas. Mas a outra vaga é longe. E descoberta. Essa vaga que ele estava estacionado, não. Essa é boa. Do ladinho do elevador.

Hoje estava chovendo, sabe. Se isso foi determinante para eu bater no carro? Veja bem, eu não acho que eu posso dizer que eu bati realmente no carro dele, eu apenas fiz com que o carro dele encurtasse de tamanho.

É a segunda lei de Newton: dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço. Lembro das aulas de física. Se o vizinho estaciona na minha vaga sempre?

Veja bem, em três meses que moro no prédio, o meu carro praticamente não vê sombra. Se meu vizinho sempre faz isso? É a garagem perto do elevador, sempre tem alguém que chegou do supermercado. Eu sei, eu sei. O que as pessoas fazem para não carregar peso. Se é ele que ocupa sempre essa vaga? Não sei. Ela está sempre ocupada. Mas tem uma coisa que eu tenho certeza. Sabe o que? Eu sei que de agora em diante essa vaga sempre estará livre.

“O que as pessoas
fazem para não
carregar peso.
Se é ele que ocupa
sempre essa vaga?
Não sei. Ela está
sempre ocupada.”



O Pantaleão de Itaguaí

Carlos Roberto Loiola

Juiz de Direito do TJMG, aposentado

O orgulho da civilização brasileira, o Pantaleão de Itaguaí foi durante mais de um século de existência o mais celebrado colégio exclusivamente para meninos, não apenas pela alta qualidade do ensino das ciências, das artes, da cultura e da língua de Camões e Assis, mas também pelo refino na formação de homens de estirpe e brio e que comandaram a nação por anos seguidos: vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores, dezenas de desembargadores e ministros, conselheiros, incontáveis oficiais do Exército e Marinha, grande número de generais, sem contar com dois presidentes da República. E longe das falsas modéstias, não é demasiado afirmar que o Pantaleão de Itaguaí foi para o Brasil o que o Caraça tinha sido para Minas Gerais, no século anterior.

Fundado por Pantaleão Abravanel na primeira infância da República, teve figuras proeminentes em seus quadros docentes, inclusive o próprio Machado de Assis, que lá lecionou por poucos anos, é verdade, mas tão somente em razão das crescentes ocupações com a Academia Brasileira de Letras, por ele criada em julho de 1897.

– “*Só deixo esta renomada instituição por ter a plena consciência de que nesta casa de formação humanística e de ciência refinadas permanecem figuras muito mais laureadas pelo saber que eu próprio*”, afirmou em seu aplaudidíssimo discurso de despedida, tomado por profunda emoção.

Pantaleão Abravanel foi homem de grande proeminência. Chegou ao Brasil pouco tempo depois de colado o grau de doutor em ciências jurídicas, pela Universidade de Coimbra, mas que nunca deixou de ser mesmo um apaixonado pela história das guerras, pela matemática, pelas ciências contábeis e, sobretudo, pela docência dessas matérias aos jovens meninos. Foi prefeito de Itaguaí por mais de 30 anos e até cogitado para disputar um cargo de senador da República, mas preferiu jamais deixar a terra que abraçou como sua, desde que aqui chegou, à exceção de uma única vez, quando escapou por pouco de ter sido internado na Casa Verde de cinquenta janelas por lado, da Rua Nova, do famigerado doutor Simão Bacamarte, “*o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas*”, banhado que foi pela sorte de ter participado de uma épica expedição ao Amazonas, exatamente naqueles tenebrosos tempos em que o médico alienista fazia seus experimentos cerebrais mais conhecidos. Nunca se casou, apesar de que tanto os passeios de seu sobrado como os do colégio sempre foram palcos de inúmeras procissões de pretendentes, solteironas, viúvas, donzelas, algumas até cultas, umas belas, graciosas e prendadas, outras vindas de longínquos rincões do país, mas nenhuma delas conseguiu amansar seu coração:

– “*O amor pelo ensino é a única majestade que guardo em mim*”, sempre declamava aos mais próximos que insistiam em apresentações dessas aspirantes ao cargo de senhora Abravanel.

Morava sozinho num enorme sobrado não muito distante da Arcádia de dona Marcela, a espanhola, onde mantinha frequência quase que religiosa.

Aliás, a própria Arcádia de sua velha amiga tinha sido idealizada e financiada por ele próprio e era, na verdade, a mais refinada casa clandestina da novel República, decorada com móveis à Luiz XV, onde era possível não apenas desfrutar da companhia de lindas e refinadas moças, mas também ouvir o que de melhor se tocava em música clássica num enorme piano de calda em seu salão central. A Arcádia, aliás, era um enorme palacete neoclássico de dezenas de cômodos que tinha pertencido a um nobre lusitano, falido com a República, com um lindo e bem cuidado jardim, onde ao centro pousavam nuas diversas ninfas gregas talhadas em mármore de Carrara sob o frescor de uma enorme fonte e não era mais que um mero disfarce para o bordel, tal como o sorriso aberto costuma ser nos rostos dos políticos mais corruptos ainda hoje.

Lá na Arcádia os mais importantes homens da recente República depositavam generosas quantias em dinheiro e presentes os mais caros, normalmente vindos da Europa, nas confrarias noturnas, mormente naquelas que ocorriam às sextas-feiras em que mesmo alguns religiosos da capital costumavam marcar presença. Às terças-feiras Pestana vinha especialmente da capital para alegrar o ambiente com suas polcas populares.

Pantaleão foi seguramente a figura mais amada e querida por todos os itaguaienses por mais de meio século, deixando o colégio com seu nome como legado de cultura, saber e humanidades. Colégio que não teve o mesmo fim trágico do Ateneu, para folgança e desafogança de muitas gerações.

Bacamarte, não o doutor Simão que tinha por hábito alternar as curas com leituras, demonstrando os teoremas com cataplasmas, mas o coronel artilheiro que havia nascido na antiga casa de orates, este estudou no Pantaleão de Itaguaí dos doze aos dezessete anos e chegou a ser aluno do renomado professor lusitano, quando o professor já contava seus quase noventa anos. Permaneceu naquela instituição de ensino praticamente todos os anos da segunda guerra mundial. Foi por influência direta de Pantaleão, inclusive, que optou, ao fim da adolescência, pela carreira militar, pelo estudo da história das guerras, da matemática, da lógica e em especial da criptografia. Era um apaixonado no desenvolvimento de uma das mais bem elaboradas ferramentas de guerra criadas por Pantaleão, o disco de criptografia.

Assim que chegou ao Brasil, Pantaleão tomou conhecimento das inúmeras correspondências de D. Pedro II aos seus

“E o próprio colégio distribuía a cada um dos adolescentes um caderno luxuosamente encadernado em couro, com a inscrição “SAID ED SEROMA” em letras douradas [...]”

gerais que haviam sido extraviadas e caídas nas mãos de Solano Lopes, durante a guerra contra o Paraguai, fato que em muito prejudicou a caçada do caudilho paraguaio, tanto por Caxias como pelo genro do Imperador, o Conde d’Eu, e que prolongou demasiadamente a guerra. As correspondências entre nosso imperador e seus generais não recebiam qualquer criptografia, sistema praticamente desconhecido no nosso exército.

A par dessa história quase que inacreditável para a época, Pantaleão tratou de inventar um instrumento simples, mas facilmente operável no campo de batalha, consistente num disco contendo embaralhadas numa única faixa todas as letras do alfabeto, algarismos de zero a nove e alguns sinais ortográficos mais comuns. No centro havia um segundo disco, menor e concêntrico, com um desenho do sol rodeado pelos planetas, uma única faixa contendo apenas algarismos e uma seta semelhante àquelas das bússolas da época. O sistema consistia em escrever a mensagem que se pretendia criptografar sempre obedecendo a quantidade de caracteres a serem pulados, um a um, na faixa do disco maior, de acordo com um código previamente estabelecido, rodando um disco sobre o outro. A correspondência criptografada, assim, era uma sequência de algarismos sem qualquer possibilidade de ser decifrada, a não ser que o operador também tivesse um disco semelhante, com a mesma sequência do disco de quem criptografou anteriormente a mensagem e possuisse o código a ser previamente registrado na engenhoca. Era genial e ao mesmo tempo muito simples.

Durante sua formação no colégio os alunos eram estimulados a lerem um romance escrito pelo próprio Pantaleão, à moda de Júlio Verne, acerca da aventura de um requintado conquistador francês que durante toda a sua vida registrou num diário, em códigos criptografados, todas as suas aventuras amorosas, especificando as datas, os locais, os nomes das mulheres, com todos os tropos, tentações obscenas, antíteses, apóstrofes, metáforas, colóquios e outros íntimos detalhes e recordatórios de estilo com elas barganhados, e depois de velho resolveu decodificar o diário e procurar todas elas. O romance era um sucesso absoluto entre os garotos.

Paralelamente, Pantaleão ensinava pessoalmente seus alunos a utilizarem o sistema de criptografia por ele criado, como parte do currículo de humanidades. E o próprio colégio distribuía a cada um dos adolescentes um caderno luxuosamente encadernado em couro, com a inscrição “SAID ED SEROMA” em letras douradas, que aos desavisados poderia ser até uma frase em latim ou em sérvio, mas que nada mais representava que a frase “DIAS DE AMORES”, escrita ao inverso, caderno que deveria ser preenchido durante o ano letivo apenas com algarismos, obtidos através do referido sistema de criptografia por ele próprio criado. Depois de terem lido o indigitado romance, não era preciso dizer aos alunos que o luxuoso caderno com capa dura e inscrição dourada deveria conter apenas suas próprias aventuras amorosas de forma criptografada. A criptografia permitia a necessária, indispensável e eterna discrição.

O que não foi dito aos alunos, contudo, foi que o caderno também servia como uma importante ferramenta de controle paterno. Passado o primeiro semestre, o pai era orientado a procurar o caderno de seu filho e investigar secretamente

a quantidade de informações nele presentes; caderno em branco ou com poucos registros era sinal de alerta. E, se necessária, era possível a decodificação de tudo o que havia sido registrado pelo aluno, secretamente, feita no próprio colégio.

Também havia um ritual de iniciação para os alunos que após o primeiro semestre do ano letivo ainda mantinham o caderno em branco, ritual este amplamente apoiado pelos próprios pais dos alunos, na sua grande maioria ricos fazendeiros, políticos e gente da mais alta posição na República.

O próprio Pantaleão preparava uma caixa com alguns livros, chamava o aluno displicente em preencher seu caderno e o pedia para levar essa caixa até a Arcádia de dona Marcela, sempre com a recomendação de que a própria espanhola fizesse a conferência de tudo o que estivesse na caixa, com a recomendação de que o aluno só poderia voltar ao colégio após essa minuciosa conferência. Mas ao chegar na Arcádia o garoto recebia a informação de que a espanhola tinha saído para algumas compras, mas devia retornar em breve, e era convidado para entrar, se acomodar e uma das lindas moças previamente contratada pela instituição de ensino acabava por fazer o serviço de iniciação. A partir daí, as anotações criptografadas no caderno passavam a ser constantes, orgulho de maior grandeza de pais ciosos pela educação e formação cristã de seus filhos.

Era tamanho o sucesso desse método de humanidades que o próprio sistema de criptografia de Pantaleão passou a ser mundialmente conhecido e acabou sendo o precursor da Enigma, dos nazistas, durante a segunda guerra mundial, para a glória da ciência militar do Brasil.

Já distante no tempo dessas lições, nosso Bacamarte, o coronel artilheiro, também guardava seu velho caderno de criptografia com as letras douradas impressas na capa dura junto aos seus livros de guerra. Apesar de esquecido há anos em sua biblioteca montada num dos quartos de seu apartamento na Praça João Pinheiro, numa fresca manhã de primavera foi tomado por um inquietante desejo de abrir alguns desses livros e recordar alguma história de guerra, até que se deparou com o antigo diário de juventude e o disco de criptografia junto à contracapa. Leu aquela inscrição dourada, abriu lentamente o caderno repleto de algarismos e soltou um sorriso adolescente, maroto, certo de que estaria doravante à mercê de uma aventura literária. Mas, após alguns longos minutos tentando decifrar nos perdidos da memória como decodificar as informações ali registradas, desmentindo Cícero que teria afirmado que “não há ancião que esqueça onde escondeu seu tesouro”, se deu conta de que havia se apagado em suas recordações o código que havia pessoalmente desenvolvido para complicar ainda mais a engenhoca pantaleônica.

E uma seca lágrima correu de seus olhos diáfanos por sua face...

“Leu aquela
inscrição dourada,
abriu lentamente
o caderno repleto
de algarismos e
soltou um sorriso
adolescente,
maroto, certo
de que estaria
doravante à mercê
de uma aventura
literária.”



A Servidão

Jorge Paulo dos Santos

Juiz de Direito do TJMG, aposentado

- **D**ia, Zezinho!

– Dia, Zeferino. O Pai *tá* cismado com essa sua passagem por aqui, dentro de nossas terras.

– Uai sô, não tenho por onde sair, Coronel Teodoro sabe disso.

– É, mas o Pai não *tá* de acordo e mandou te dar o recado.

– Não tem como, meu sítio é ilhado, não tem saída a não ser por aqui! Não tenho asas, nem minha mulher, nem meus filhos. Como havemos de fazer?

– Ara, se ajeite, se continuar pode acontecer coisa ruim.

– Eh, mas eu vou passar, viu! Pai herdou do pai dele e dizia que era uma tal de “servidão”, que dava o direito de passagem por aqui, teve até um acordo entre os velhos, desde os avós, e trato feito por homem há de ser mantido.

– Pai sabe disso, mas não quer que continue e disse que trato sem papel é um risco n’água!

De qualquer modo, Coronel Teodoro, um homem tino, ganancioso, dono daquelas terras, entendia o caso como uma afronta, por considerar uma invasão de Zeferino em sua fazenda. Duro de coração, desconhecia o que fosse solidariedade, embora se afirmasse temente a Deus. A família era mantida com rédeas curtas. A esposa, Sinhá Cotinha, duas filhas e dois filhos, criados debaixo de um tacho rigoroso e com os mesmos princípios do pai, também não faziam gosto naquela empreitada. Não se condoíam de Zeferino ocupar um pedaço de terras encravada do meio das suas, sem saída, e faziam pouco da existência do direito de passagem amparado pela lei. E foi incomodado com as sucessivas idas e vindas de Zeferino pelo interior de suas terras que Coronel Teodoro mandou-lhe aquele recado, através do filho Zezinho.

Dobrados os dias, Zeferino em sua saga da passagem forçada, contrariando o comando de Coronel Teodoro, seguia sua toada.

O pedacinho de chão de Zeferino era uma pequena gleba de terras, cerca de 2 alqueires mineiros, com um modesto sítio, um roçadinho de milho, coisa pouca, cinco vacas leiteiras, dois bezerros, três cachorros bragados e o cavalo baio, Herói, nome arranjado por Zeferino, tirado dos gibis do ‘*Fantasma*’, leitura predileta dele, que nutria duas paixões, além da esposa Lis Lena: ouvir as modas caipiras no seu rádio ABC, a ‘voz de ouro’, e ler seus gibis do ‘*Fantasma*, o espírito que anda’.

A família era minguada, só Zeferino, Lis Lena e as crianças Miguelinho e Nina. Miguelinho por causa do Arcanjo Miguel, de quem a família era devota. A casa principal era simples, de adobe e pau a pique, que Lis Lena mantinha impecavelmente limpa. Nos fundos, uma pequena edícula, onde Zeferino guardava ferramentas e mantimentos. O roçado era de

“Não se condoíam de Zeferino ocupar um pedaço de terras encravada do meio das suas, sem saída, e faziam pouco da existência do direito de passagem amparado pela lei.”

“Herói a trote macio, passou pelo portão da Fazenda e quando já alcançava saída, ainda no lusco fusco do romper da aurora, um tiro.”

milho, feijão das águas, abóbora e hortaliças comuns, para manutenção da família. Gleba pequena, encravada no meio das terras do Coronel Teodoro.

Depois de mais um dia arrastado pela monotonia, com prenúncio de friagem a doer nos ossos, a madrugada parecia diferente, fustigada por um vento que assobiava como uma melodia de lamento, parecendo pressagiar algo de ruim no porvir. A alvorada gestada naquela noite brotou com preguiçosos raios de sol. A geada estava no zinco. Tapera no meio da mata resistiu. Zeferino acordou, como de costume, no primeiro clarão na janela de taipa e foi se aboletar na cozinha, ao lado do fogão onde Lis Lena já havia apeado da cama e estava na beirada do borralho, maturando o café. Zeferino sorveu o margo e abocanhou uma broa de milho assada pela patroa. Arreou Herói, ajeitou o embornal a tiracolo, beijou Lis Lena, lhe fez um carinho nos cabelos caídos nos ombros, montou no baio e retomou sua saga pelo interior das terras de Coronel Teodoro, rumo ao povoado.

Herói a trote macio, passou pelo portão da Fazenda e quando já alcançava saída, ainda no lusco fusco do romper da aurora, um tiro. Apenas um, certo, no peito de Zeferino, que de um gemido dolente tombou sem vida no solo úmido, juntando seu sangue à terra, numa mistura simbólica de amor e ódio, apagando a poeira e fazendo daquilo tudo uma alma prisioneira. Herói relinchou, empinou as patas e apurou carreira, rumando para o leito do riacho em disparada, até desaparecer na primeira curva, das Seriemas, próximo ao cerrado de onde gorjeavam aquele canto triste.

O dia correu modorrento, sem qualquer alarido. Bateu a tarde. Zeferino não regressou para sua tapera, deixando aflita Lis Lena. A semana passou dorida e sem sinal de Zeferino. Lis Lena buscou especular na Fazenda, mas disseram nada saberem. Seguiu pela estrada, tomou uma Jardineira com as duas crianças rumo ao povoado, onde deu parte do desaparecimento do marido na Polícia, ficando o delegado de investigar. A investigação, feita sem muito empenho e sem sucesso, deu o caso por encerrado, ao aviso de que se tratava de um abandono de lar. No povoado corria à boca miúda que aquilo parecia coisa orquestrada pela influência e fortuna de Coronel Teodoro.

Zeferino não foi mais encontrado. Sem corpo, sem sepultura, sem terra, sem servidão. Apenas o solo encharcado de sangue.

Agora sem o marido, desamparada, sem meios de permanecer ilhada no roçado, Lis Lena foi embora com suas crianças, sem se saber viúva ou abandonada. Foi morar com uns parentes no Povoado, de quem recebeu guarida até ajeitar a vida.

O tempo cuidou de dar esquecimento ao assunto.

A natureza, porém, desnuda segredos que lhe são confiados. Muitos anos depois, a ossada de um corpo deu de submergir do leito do riacho, exatamente nas terras de Coronel Teodoro, que algum tempo depois daquele traiçoeiro tiro perdeu o viço e fez cair a ruína àquelas terras. A ossada foi encontrada por andarilhos, que cuidaram de avisar o Doutor Delegado. O Coronel Teodoro e a esposa já haviam entregado as almas a Deus, ou ao Diabo. O Delegado intimou Luzia, a única filha do Coronel que morava no Povoado e dela obteve confissão de que Coronel Teodoro atocaiou Zeferino, no rom-

per de uma madrugada, e com um tiro selou sua sorte, tirando-lhe a vida; depois disso, desviaram a água do riacho e no seu leito abriram uma cova, onde puseram o corpo, cobrindo com terra e pedras e voltando a água para o leito natural, por isso mesmo as buscas não deram resultado. A mulher se disse atormentada a vida toda por um pesadelo no qual Zeferino lhe aparecia coberto de lama, cobrando justiça. Se disse aliviada por dar luz ao que chamou de maquinação da perversidade de seu pai, o Coronel Teodoro.

O Corpo de Zeferino somente foi reconhecido porque misturado à ossada encontraram uma medalha de prata do Arcanjo Miguel, que lhe fora dada por Lis Lena e que ele sempre trazia no peito. O arcanjo não lhe protegeu em vida, mas o revelou na morte.

Depois de descoberto o corpo nada mais havia a fazer, pois o Coronel também já havia partido para outra vida. A filha que sobreviveu foi que, em seu juízo perdido, atrelado, acusava o pai de ter sido autor da funesta façanha. Não havia mais como condenar ninguém. A servidão que fora negada em vida a Zeferino lhe foi concedida depois de morto, pois, dizem os crédulos, em noite de lua minguante um cavaleiro no dorso de um cavalo baio, galopando sobre o leito do riacho e se perdendo na curva das seriemas era avistado. Dizem que era Zeferino, cujo corpo descoberto foi como se desvestisse de uma roupa velha, enterrada no leito daquele riacho, para ir descansar a alma e gozar sua servidão na iluminada eternidade no reino dos despossuídos.

“A servidão que fora
negada em vida a
Zeferino lhe foi
concedida depois
de morto, pois,
dizem os crédulos,
em noite de lua
minguante um
cavaleiro no dorso
de um cavalo baio,
galopando sobre o
leito do riacho e se
perdendo na curva
das seriemas era
avistado.



O escoteiro Caio Vianna Martins e a tragédia da Mantiqueira

Matheus Chaves Jardim
Desembargador do TJMG

O intenso e inusual movimento registrado na Estação Ferroviária de Belo Horizonte na tarde do dia 18 de dezembro de 1938 era plenamente justificado. Populares e familiares aguardavam, em êxtase, a partida para São Paulo de doze escoteiros e seis lobinhos, acompanhados de seis voluntários adultos, todos embarcados no afamado noturno mineiro N-2, destacando-se dentre o grupo o menino Caio Vianna Martins, nascido a 13 de julho de 1923 da cidade de Matozinhos (MG).

O inusitado convite partira do Interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, entusiasta e admirador dos ideais do Escotismo, sendo levada a cabo naquele ano a precursora ideia de se promover a integração de escoteiros mineiros e paulistas em acampamento a instalar-se nas cercanias daquela Capital. Tão logo noticiado o convite, selecionaram-se os participantes da grandiosa aventura dentre os integrantes do grupo de escoteiros do Ginásio Afonso Arinos, agremiação na qual Caio Vianna já se sobressaía, mercê da liderança inata exercida sobre os colegas e de sua irrestrita devoção ao lema “sempre alerta” (*be prepared*), cunhado em 1907, a partir das iniciais de Baden Powell. Presente ao embarque, determinara o governador do Estado, Benedito Valadares Ribeiro, em meio à execução do hino nacional entoado pela banda municipal, a transferência dos escoteiros então destinados ao primeiro vagão de segunda classe para carro de primeira classe posicionado no centro da composição.

Consoante dados fornecidos pela Central do Brasil, embarcaram para a cidade de São Paulo, com escala na Capital Federal, cerca de cem passageiros, compostos, em sua maioria, por retirantes baianos, contingente a ser acrescido por mais cinquenta viajantes a serem recolhidos nas estações subsequentes de Santos Dumont e Juiz de Fora. Precisamente às 18h, ao soar um silvo longo, seguido por outro breve, a locomotiva 372, conduzida por Franklin Carlos da Silva, atrelada a sete vagões, fora lentamente deixando as dependências da estação ferroviária, para regozijo da meninada impecavelmente trajada em uniformes de gala, levando consigo mochilas, bastões de patrulha e os indefectíveis chapéus engomados. Nas primeiras horas do percurso os cânticos entoados pelos escoteiros fizeram-se espalhar por toda a composição. Na luz morrente do entardecer as sinuosidades da Mantiqueira, já obscurecidas por densas nuvens a prenunciarem chuva iminente, lembravam aos meninos silhuetas de gigantes em luta. Cai a noite. Ao toque do silêncio levado à gaita por um dos escoteiros fez-se o silêncio em todo o vagão.

Àquela hora dois comboios avançavam na mesma linha férrea no sentido de Belo Horizonte, tratando-se estes dos trens cargueiros CEC 81, conduzido pelo maquinista Fernando (?), seguido pelo C-65, operado por José Rabello. Naquela época o tráfego ferroviário se desenvolvia em apenas uma linha, condição a sujeitar os maquinistas ao recebimento de autorizações de passagem emitidas pelos controladores posicionados nas estações: advertidos da aproximação de trem em sentido contrário, obrigavam-se a desviar a composição para linha auxiliar e aguardar o perpasso do outro comboio, obtendo, enfim, autorização para a continuidade da jornada.

O historiador Fabrício Robson de Oliveira, no livro “O Desastre nos Trilhos da Mantiqueira e o Nascimento de um Herói Nacional” (Barbacena, MG: Ed. do autor – 2023), de cujo conteúdo foram hauridos importantes subsídios para a confecção desta crônica, relata-nos, de maneira objetiva, todo o cenário predisponente à consumação da tragédia, a partir da negligência de Werneck Rodrigues, conferente da estação de João Ayres localizada a menos de 10 km da cidade de Antônio Carlos (MG). Tem-se que o cargueiro CEC 81, desatento ao comando de parada para obtenção de licença, passara livremente e em alta velocidade por João Ayres à 1h30min, vindo a cruzar, quilômetros à frente, com o Noturno Mineiro a aguardá-lo em entroncamento disposto às margens da estação de Sítio (atual Antônio Carlos), em obediência à rota de tráfego previamente estabelecida. Sucede que, dez minutos após a passagem do cargueiro CEC 81 por João Ayres, adentrara aquela estação o Trem C-65, a cujo maquinista fora erroneamente entregue autorização de tráfego destinada, em verdade, ao condutor da composição que se lhe transitava à frente (CEC 81), não se inteirando José Rabello, portanto, da ordem expressa de retenção constante de documento que jamais lhe chegara às mãos.

Baldadas se revelaram as tentativas de Werneck Rodrigues para impedir o avanço da composição. Tão logo certificado da troca das papeletas apressou-se em telefonar ao guarda-chaves postado a 300 metros da estação, que, aturdido, sinalizara com lanterna ao Trem C-65 na vã esperança de deter-lhe a marcha. Os momentos angustiantes a precederem o impacto podem ser mensurados pela desesperada tentativa de fuga empreendida pelo maquinista Franklin Carlos, ao se deparar com a aproximação de faróis do C-65 a refulgirem quinhentos metros à sua frente: “Pule, minha Nossa Senhora”, gritara ao fogueiro ao antever a inexorabilidade do impacto.

A estrondosa colisão ecoara pelas cercanias da Mantiqueira às 2 horas da chuvosa e gelada madrugada do dia 19

“No vagão destinado
aos retirantes
baianos, engavetado
ao carro-correio,
o cenário se
avultava ainda mais
sombrio: dezenas
de corpos mutilados
jaziam em meio
a escombros,
enquanto o caudal
sanguíneo inundava
todo o piso
emadeirado.”

de dezembro. Os meninos, despertados por horrível e convulso vai e vem, agarravam-se desesperadamente às cadeiras, rugindo-lhe aos ouvidos os sons de choque de ferros contra o rudimentar madeiramento, em meio a lancinantes gritos ecoados no espasmo da dor. Os escoteiros Hélio Marcos de Almeida Santos e Gerson Hissa Satuf pereceram imediatamente sob o impacto da colisão, sendo conduzidos os demais, com contusões e fraturas em várias partes do corpo, ao carro-leito postado ao final da composição, ainda atrelado aos trilhos e pouco avariado.

No vagão destinado aos retirantes baianos, engavetado ao carro-correio, o cenário se avultava ainda mais sombrio: dezenas de corpos mutilados jaziam em meio a escombros, enquanto o caudal sanguíneo inundava todo o piso emadeirado. Em pouco tempo o odor pestilencial refluía por toda a composição. A coragem e a intrepidez de Caio Martins não tardariam a se revelar: mesmo padecendo de forte contusão na coluna lombar, sua indomável resolução de prestar auxílio aos menos afortunados fê-lo saltar do leito e entregar-se ao traslado e agasalhamento de feridos, prestando-lhes os primeiros socorros. Ocupara-se o menino da confecção de macas improvisadas e pelo acendimento de fogueiras destinadas ao aquecimento dos agonizantes, já libertos dos escombros e postados à cabeceira dos trilhos, expostos à engelante chuva fina e persistente. Tomando à risca os ideais de lealdade e fraternidade, Caio Martins, em companhia de adultos voluntários e passageiros conscientes, trabalhara à exaustão durante toda a madrugada, até o tardio surgimento das equipes de resgate, às 7 horas.

Comboios afloravam à estação ferroviária de Barbacena repletos de vítimas, muitas delas conduzidas em macas por enfermeiros e até mesmo por populares à Santa Casa de Misericórdia e ao Hospital da Força Pública, em meio à multidão de peregrinos ávidos por notícias de parentes. O sistema de saúde municipal não tardara a colapsar. À Câmara Ardente da Igreja da Boa Morte eram conduzidas dezenas de cadáveres, muitos destes irreconhecíveis, flanqueando-se em cemitério adjacente à Matriz a abertura de covas rasas e a exposição de lápides mortuárias fabricadas em plena rua. Neste cenário desolador adentrara Caio Martins a cidade de Barbacena, por volta das 13h, caminhando por vinte quilômetros, desde a área da tragédia, em companhia de uns poucos escoteiros ainda capacitados à marcha. Pela manhã, durante a ação de resgate, um enfermeiro oferecera ao menino uma maca para conduzi-lo ao hospital. Sem saber quão proféticas suas palavras se provariam, recusara Caio Martins a oferta, ante a percepção da gravidade dos feridos espalhados ao redor:

“Não. Há muitos feridos aí. Deixe-me que irei só.
O escoteiro caminha com suas próprias pernas.”

Já no centro da cidade Caio Martins cedera à exaustão, desfalecendo à vista de todos após súbita expectoração sanguinolenta a prenunciar-lhe o infortúnio: *“traumatismo da cavidade abdominal seguida por derrame interno”*. Conduzido à Santa Casa de Misericórdia, lá permanecera na mais absoluta tranquilidade, vindo a óbito na madrugada do dia 20 de dezembro de 1938 na companhia dos pais. Naquela tarde, a bordo do Trem N-1 provindo do Rio de Janeiro, regressara a

Belo Horizonte quase todo o contingente de escoteiros lesionados, muitos deles ainda se contorcendo em dores em suas macas, sendo posicionadas ao centro de composição as urnas mortuárias de Caio Martins e Gerson Hissa Satuf, sepultados no mesmo dia no cemitério do Bonfim sob intenso clamor popular. As dimensões da tragédia fizeram-se estampadas nas manchetes das primeiras edições do dia 20 de dezembro:

DESASTRE DE TREMENDAS
CONSEQUÊNCIAS NA
CENTRAL DO BRASIL
(*Estado de Minas*)

VERIFICOU-SE NAS LINHAS
DA CENTRAL UM DOS
MAIS GRAVES DESASTRES
JÁ OCORRIDOS NO BRASIL
(*Correio da Manhã*)

GRAVE DESASTRE NA
CENTRAL DO BRASIL
(*O Estado de S. Paulo*)

O PAVOROSO DESASTRE
DO NOTURNO MINEIRO
(*O Malho*)

Foram contabilizadas entre quarenta e quarenta e cinco vítimas fatais e mais de setenta feridos, havendo milagrosamente sobrevivido à colisão o maquinista Franklin Carlos da Silva, resgatado por socorristas em meio às ferragens retorcidas; no plano adverso, José Rabello se salvara do iminente choque ao saltar da locomotiva e se precipitar para as margens da ferrovia, de onde, inerte, ouvira resignado o desconunal estrondo dos comboios em choque. Ambos os maquinistas convalesceram no sanatório de Palmyra, em Santos Dumont. Quanto ao conferente Werneck Rodrigues, o destino se lhe revelaria impiedoso:

SUICIDA-SE O AGENTE DE JOÃO AYRES,

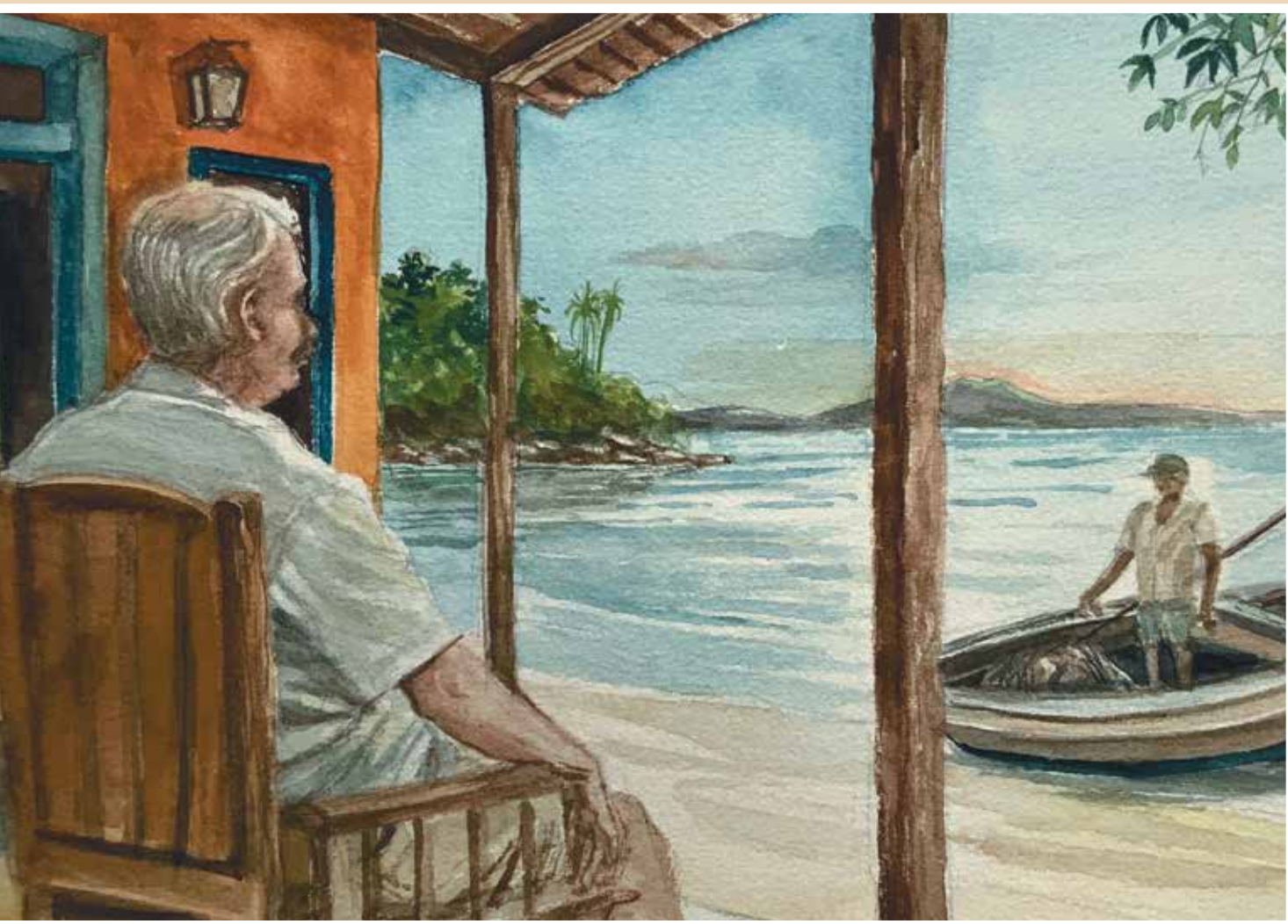
atestaria na edição especial das 11 horas o jornal A Noite.

Os atos heroicos do escoteiro logo se espalhariam por toda a nação. Dentre os monumentos erigidos em sua homenagem, nenhum se comparou, em grandiosidade, ao estádio municipal edificado em Niterói no ano de 1941, a pedido do governador do Estado, Ernani do Amaral Peixoto. À entrada do complexo esportivo, também constituído por ginásio coberto, quadras poliesportivas externas e parque aquático, erguera-se a imponente estátua de Caio Martins, retratado a sorrir em seu traje escoteiro por sobre a epígrafe "*o escoteiro caminha com suas próprias pernas*".

No preciso lugar da colisão, tal seja, no km 354 da via férrea, onde se localiza o distrito de Parada Araújo, fora construído pela extinta Estrada de Ferro Central do Brasil (E.F.C.B.), no ano de 1959, singelo memorial dedicado à memória de Caio Martins. As obras de revitalização do pequeno monumento foram concluídas, por iniciativa da Legião Escoteira de Minas Gerais, no dia 25 de julho de 2019, mediante assentamento

“Alguns poucos
degraus separam
o visitante do rés
dos trilhos, por
onde maquinistas,
em modernas
composições
carregadas de
minério, transitam
em alta velocidade.”

de mármore negro a reverenciar as "*Vítimas do Acidente de 1938*", circundado por mudas de ipês e gramíneas verdejantes. Alguns poucos degraus separam o visitante do rés dos trilhos, por onde maquinistas, em modernas composições carregadas de minério, transitam em alta velocidade, deslocando-se pelas vertentes do Rio das Mortes indiferentes à contemplação das ruínas de João Ayres bucolicamente preservadas às margens dos carris.



Dois mundos

Fernando Armando Ribeiro
Desembargador do TjMMG

Ao contemplar a praia no início da manhã, o alemão lembrou-se da primeira vez que tinha visto aquele lugar. Era inverno em Munique, e os problemas acumulados no trabalho pareciam consubstanciar-se na dura opacidade da neve. As sensações do inverno, percebidas diariamente por todos os seus sentidos, conferiam-lhe a certeza de que aquele não era o seu mundo, e passou a se perguntar se não haveria outras possibilidades.

Foi nessa ocasião que um colega de trabalho lhe mostrou algumas fotos de sua recente viagem ao Nordeste brasileiro. A par da beleza das praias, chamou-lhe atenção a genuína simplicidade do lugar. Ali não haveria chefes nem celulares a oprimi-lo com cálculos e planilhas. Sem permitir-se muitas reflexões, partiu arrastando a mala sobre o gelo que ainda não havia derretido.

Adaptou-se depressa aos hábitos, ao calor e à comida da nova terra. Seus conhecimentos de espanhol e a enorme boa vontade dos moradores permitiram que logo se adaptasse, e convencia-se, dia após dia, de que seu lugar era realmente ali.

Vinte anos tinham se passado, mas há muito não contemplava a praia da forma como fazia naquela manhã. Percebia as nuances de suas cores, ouvia o crepitar das ondas, e o voo oscilante de uma gaivota levou-o a sorrir. Surpreendeu-se ao ver os pescadores, que todas as manhãs ali estavam, com sua habitual alegria. Bebeu mais um gole do café sem açúcar, voltou os olhos para sua pousada e, retrocedendo em pensamento o fluxo do tempo, como se voasse na ligeireza dos ventos, recompôs minuciosamente a imagem de como era o lugar antes de sua chegada. “Ninguém acreditaria”, pensou ele. Aquele matagal espesso, cheio de coqueiros, agora figurava entre os melhores hotéis de charme do mundo.

Um sopro de orgulho inflou subitamente seu peito, e ele se voltou de novo para os pescadores. Entre eles, uma presença familiar e imprevista magnetizava seus olhos. Assombrou-se de tal forma que, no calor daquele verão, sentiu como se o vento dos Alpes atingisse em cheio suas costas. “Seria ele mesmo?”, perguntou-se quase num grito. O homem parecia tê-lo notado, mas não lhe dava importância.

Há tantos anos não se encontravam que era estranho poder reconhecer à distância aquele homem. Estava um pouco mais velho, mas era inconfundível em seus gestos. Ria e brincava com os outros pescadores, enquanto desenrolavam as tarrafas. Foi graças a ele que sua vida tinha mudado, pois dele adquirira as terras onde hoje se encontrava a pousada. Arrematou-as por um valor menor que o obtido com a venda de sua Mercedes na Alemanha. Ainda se recordava da surpresa que tal despropósito lhe tinha causado: como podia um sonho custar tão pouco?

Ao emergir de seus pensamentos, sentiu como se o pescador o olhasse da praia. Da praia? Outro frio percorreu seu

corpo, e teve a sensação de náusea ao impacto dessa perspectiva. Estaria ele de fato na praia, naquela mesma praia que há anos o fascinara, em que um sopro de liberdade emanava dos pés sobre a areia e materializava-se em mergulhos de espuma?

Nessa praia ele já não estava, pois a mirava do varandão de sua pousada, e sequer estava descalço. Vestia calças e um de seus mocassins, a pele guardava o mesmo branco de outrora, e várias telas de computador o espreitavam aos fundos. Não tinha barco, prancha ou vara de pescar como certo dia tinha sonhado.

Um dos celulares vibrou em seu bolso:

“Senhor, a equipe de reforma do heliporto está aguardando”, disse a voz agitada de sua secretária.

Olhou mais uma vez a praia, e o pescador ainda estava a mirá-lo. Imaginou que talvez o invejasse, mas da distância em que estavam não pôde ler os seus olhos. Percebeu apenas que se virou rumo ao mar e, naquele gesto que o encantara, girou no ar e lançou-se num mergulho, como uma força viva da natureza. Da varanda da pousada, como se retrocedesse no tempo, concebeu então as fronteiras de um paraíso que não pôde alcançar.

“Há tantos anos não se encontravam que era estranho poder reconhecer à distância aquele homem. Estava um pouco mais velho, mas era inconfundível em seus gestos.”

Magistrados mineiros criam sua Academia de Letras



A Magistratura mineira já conta com sua Academia de Letras, criada no último dia 25 de maio, em reunião realizada na sede da Amagis e conduzida pela presidente da entidade, juíza Rosimere Couto, que destacou a importância da iniciativa, por representar *“a valorização da literatura e da cultura e o reconhecimento da sensibilidade, da reflexão e do compromisso intelectual que sempre marcaram a trajetória dos magistrados mineiros”*.

A instituição será destinada ao acolhimento de *“personalidades de notável saber jurídico que tenham contribuído de forma relevante para a cultura e para o desenvolvimento do Direito”* e terá como finalidade *“promover a congregação dos membros da Magistratura mineira, incentivar a cultura da língua pátria e valorizar a literatura nacional”*.

Durante a reunião, foi eleita a primeira Diretoria da Academia, cuja posse solene ocorreu em 20 de agosto:

Presidente: Juiz Renato César Jardim

Vice-Presidente: Juíza Daniela de Freitas Marques

Secretário-Geral: Juiz Jorge Paulo dos Santos

Foram eleitos também os integrantes da Comissão de Admissão: desembargadores Rogério Medeiros e Bruno Terra Dias, e juíza Aldina Soares.

Fundadores

São os seguintes as magistradas e magistrados fundadores da Academia: desembargadores Bruno Terra Dias, Kildare Gonçalves Carvalho, Matheus Chaves Jardim, Nelson Missias de Moraes, Rogério Medeiros Garcia de Lima e Tiago Pinto;

juízes Aldina Soares, Carlos Roberto Loiola, Daniela de Freitas Marques, Jorge Paulo dos Santos, Renato César Jardim e Rosimere Couto.

Leia nas páginas seguintes os pronunciamentos da presidente da Amagis, Rosimere Couto, do presidente da Academia, Renato César Jardim, e do acadêmico Kildare Gonçalves Carvalho, em nome dos empossados.



Crédito das fotos: Eduardo Rocha

ROSIMERE COUTO

“Espaço permanente de reflexão”

Hoje nos reunimos para celebrar não apenas a posse dos membros fundadores da Academia de Letras da Magistratura Mineira, mas também o nascimento de uma instituição que aproxima ainda mais a Magistratura da cultura, da literatura, da memória e do conhecimento.

Que esta Academia seja um espaço permanente de reflexão, de produção intelectual e de valorização daqueles que, por meio da palavra, também contribuem para a construção da nossa sociedade.

Sejam todos muito bem-vindos. É uma grande honra para a Amagis compartilhar com todos vocês este momento histórico.

Rosimere Couto descerrou placa na Sala destinada à Academia, no sétimo andar da Amagis.



KILDARE GONÇALVES CARVALHO

“Chave para abrir nossa mente”

Como referido por Gabriel García Márquez, na despedida de seus companheiros do ensino médio, nos idos de 1944, eu não vim propriamente fazer um discurso, mas falar da importância que este momento representa em nossas vidas.

Vejo-me, agora, como membro-fundador desta Academia, naquela situação lembrada pelo professor Raul Machado Horta, ao se empossar na Academia Mineira de Letras, no ano de 1990:

O Doge da República de Gênova, que fora a Versalhes penitenciar-se perante Luís XIV, deslumbrado na contemplação dos jardins maravilhosos, e perdido no devaneio provocado pela beleza das formas, respondeu a alguém que o despertou daquela visão prodigiosa, indagando-lhe o que lhe parecia mais extraordinário naqueles jardins: o que aqui mais me espanta é a minha própria presença.

Este é, com efeito, o sentimento que me domina ao ascender a esta culminância, que é a Academia de Letras da Magistratura Mineira, para ocupar a Cadeira que tem como patrono justamente o Professor Raul Machado Horta.

De origem grega, as Academias, inicialmente dedicadas ao heilenismo e à filosofia, renasceram na Itália do quatrocentos. Essas Academias renascentistas passaram a reunir pessoas com interesses e ideário comuns, até o surgimento das Academias modernas, centros de intercâmbio de experiências, ideias, inquietação e enriquecimento cultural, notadamente em benefício da sociedade, e voltadas para as requisições da vida contemporânea.

Em seu discurso de posse na Academia Mineira de Letras, o inescusável desembargador José Fernandes Filho, indagava:



O que é uma academia? Local em que Platão ensinava filosofia? Sede de entidade de pessoas com iguais objetivos? Esta, em que nos reunimos, sobre mineira, é de letras, no passado e futuro promissor. Dois qualificativos que muito dizem. Um, rejeição à temeridade; outro, acolhimento à austeridade. Nem surda, nem muda, nossa Academia escuta e inquirir. Enganam-se aqueles que a percebem estática e indiferente. Ela pensa, reflete, interroga. Dialoga mansidão de mãe, ou questiona, rigor de juiz. Mais do que diálogo franco, quase um julgamento, dia virá para o redentor confronto da Academia com o acadêmico. À sua ocorrência, experimentaremos a alegria de quem foi fiel ou a tristeza cinzenta de quem sente remorso. Estou seguro de que, a despeito do imponderável, estaremos juntos. Exigente, nossa unidade co-brará a renovação do juramento: vida sem serviço é desserviço.

No mundo de hoje, diferentemente da pós-política, em que, no plano social, foram valorizados o individualismo, o hedonismo e a intimidade, e da antipolítica (desprezo pela hierarquia e pelas instituições), prevalece a hiperpolítica, politização extrema sem consequências políticas (Anton Jäger), em que tudo explode e nada muda (Zoe Williams).

Daí o irrecusável papel das Academias, que são a chave para abrir nossa mente, aperfeiçoar nosso trabalho e nossa vida, pois é por meio de perguntas que a gente descobre alternativas para o aperfeiçoamento constante, para crescer e evoluir. Noutro norte, assinalo que as magistradas e os magistrados, que integram ou integrarão esta Academia, são aqueles comprometidos com uma dogmática aberta e plural, construtores de um Direito voltado para a especulação, raciocínio teórico e espírito crítico, e não um direito feito de éter, posto que necessários carne e osso para sua efetivação, nem um direito feito de sonhos, já que imprescindível a vigília de todos nós que integramos esta Academia.

Estou convicto de que a Academia de Letras da Magistratura Mineira é o centro que cultiva e preza os valores da inteligência, do saber, da dignidade da pessoa humana, e busca novos caminhos baseados na reflexão e no pensamento crítico, em ordem a conceber o Direito como síntese, história e mediação, consenso e dissenso, situado em seu tempo e lugar.

Cecília Meirelles, no “Romanceiro da Inconfidência”, dizia não acreditar numa humanidade, numa alma da pessoa sem a palavra. Por isso mesmo é que nesta Academia renascemos como seres humanos, no convívio e nas reuniões que se sucederão.

RENATO CÉSAR JARDIM

“A atividade judicante e a literatura se aproximam em seus vínculos”

Sonho realizado é sonho que se tinha. Assim o foi quando a Amagis lançou a Revista de Arte e Cultura dos Magistrados Mineiros, a nossa **MagisCultura**, com a finalidade de revelar o lado humanístico e cultural dos magistrados fora dos processos judiciais. **MagisCultura** é hoje reconhecida como uma das publicações mais prestigiadas do gênero no país. Foi ela a crisálida da ALM. Diga-se, desde já, que tanto **MagisCultura** quanto a Academia são patrimônios dos magistrados mineiros.

Parafraseando Joaquim Nabuco, no discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, no cargo de Secretário, muitos poderão nos acusar de nos termos escolhido a nós mesmos, de nos termos feitos imortais. Mas como isso poderia ser evitado? Nenhum de nós escolheu o seu próprio nome. Todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou. E continuaremos a chamar.

Agora que a crisálida completa a metamorfose, novos voos se nos apresentam. O esforço que nos moverá será centrado no empenho coletivo de guardar a palavra, a poesia e a prosa, em sermos o refúgio e a voz que transformam a dor e a alegria em páginas vivas, na abertura de portas ao diálogo com os magistrados mineiros e com a sociedade.

[...]

Traduzindo valores essenciais para guiar os seus objetivos, a Academia de Letras da Magistratura Mineira adotou como lema a expressão latina *mens agitat molem*, que traduzida significa “a mente move a matéria”, expressão originária do poema épico “Eneida”, escrito pelo poeta romano Virgílio. A inteligência, a vontade e as ideias têm o poder de transformar a realidade e guiar as ações. O poder de retirar o silêncio da folha em branco.

O direito, a atividade judicante e a literatura se aproximam em seus vínculos. O escritor não consegue ser indiferente à realidade. A vida é a matéria prima do artista. A obra literária é resultado das relações dinâmicas entre escritor, público e sociedade, porque através de sua escrita o autor transmite seus sentimentos e ideias do mundo. Leva o leitor à reflexão e até mesmo à mudança de posições perante a realidade.

A literatura tem o poder de transformar a vida das pessoas. O direito também repercute na vida dos indivíduos, regula a convivência em sociedade. Os seus operadores lidam com enredos complexos de vida. E o juiz não pode ficar indiferente à realidade que o cerca, até porque o direito não é estático, mas, ao contrário, dinâmico. Acompanha as mudanças sociais, criando precedentes que podem levar o legislador a alterar uma lei, com o escopo de adequá-la às oscilações sociais.

[...]

Coube a mim, não por mim, a cadeira número um, a do patrono da Academia de Letras da Magistratura Mineira, o célebre poeta, ativista político e magistrado, Tomás António Gonzaga, referência consagrada da história do Brasil e, notadamente, de Minas Gerais, também conhecido pelo pseudônimo *Árcade de Dirceu*. Tomás Gonzaga participou efetivamente da Inconfidência Mineira, movimento pela independência de Minas Gerais, precursor da separação do Brasil de Portugal.

[...]

Considerado o mais proeminente poeta *Árcade*, tem até hoje sua obra “*Marília de Dirceu*” estudada em escolas e universidades. Atuou como respeitado magistrado da Coroa Portuguesa, exercendo seus



misteres na comarca de Vila Rica e em Beja, Portugal. É patrono da cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras. Trata-se de um nome de enorme prestígio e profundidade intelectual. Tenho a honra de tê-lo como patrono da cadeira a mim conferida, a primeva da Academia. Doravante, a Academia de Letras da Magistratura Mineira passa a denominar-se “Casa de Tomás Gonzaga”.

Para que a chama não fraqueje é imperioso que a Academia perdure. Plantamos uma semente e a cultivaremos para a preservação da língua nacional, da memória cultural do país e da magistratura, dos grandes nomes da literatura.

[...]

A língua pode tudo, ou quase tudo, já que não tem o condão de modificar o passado, o preconceito que não mais se desfaz, os fatos históricos deploráveis como a escravidão. Pode, no entanto, moldar uma nova visão de mundo, por meio da educação, eliminar o preconceito enraizado na cultura.

Agora é recolher a âncora e navegar no mar aberto onde antes havia o nada. Sonho realizado é sonho que se tinha. Partimos agora para novos sonhos.

“Ad immortalitatem”.

[Leia a íntegra em: <https://www.letrasdamagistraturamg.com.br/discursos>

“Sonho realizado é sonho que se tinha. Partimos agora para novos sonhos.”

A AMAGIS, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza papéis provenientes de um manejo considerado social, ambiental e economicamente adequado e outras fontes controladas.

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINAIS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológios.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo site e demais veículos de comunicação da Amagis.

APOIO CULTURAL

SINDIEXTRA

SINDICATO DA INDÚSTRIA MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

